

# NOTÍCIAS AFRICANAS 6

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 12 A 18 DE ABRIL DE 1993

MOÇAMBIQUE

## A paz ameaçada num país minado

Segundo o bispo da província de Tete, Paulo Mandlate, "a paz continua ameaçada". Há atrasos no acantonamento, desmobilização e desarmamento das tropas, no acolhimento condigno dos refugiados e deslocados de guerra. Registram-se ainda a atuação de grupos armados no Vale do Zambeze e a existência de soldados governamentais semeando terror e saques em algumas localidades.

O quadro geral de penúria parece também ter alimentado a recente rebelião militar, aparentemente dominada em poucas horas. Como não é a primeira vez que forças governamentais se levantam - lembremos a fracassada tentativa de golpe em 1991 -, essa rebelião é sintomática da incapacidade do presidente Chissano em manter o Exército coeso em torno de si, ao contrário do ex-presidente Samora Machel, provavelmente por não ter sido como este um líder guerrilheiro.

Diante de tudo isso, estão sendo encaminhadas duas medidas importantes: um novo calendário para se tentar implantar com mais realismo as cláusulas do Acordo Geral de Paz e um necessário encontro entre Chissano e Dhlakama para resolverem alguns desacordos.

Infelizmente, para agravar a situação, a Renamo parece ter decidido boicotar o trabalho das comissões de paz. Acusa as auto-

ridades do governo de não garantirem devidamente ao movimento "casas amplas e bem equipadas, veículos e alimentação" em Maputo. Isso atrasa a implantação da Renamo na capital, acontecimento que deverá ser importante - desde que acompanhado pela desmobilização e desarmamento geral e irrestrito - para o início da mutação de sua estrutura militar em partido político.

Enquanto isso a Renamo joga com o fator tempo. Segundo a revista *Novos Tempos* (maio-agosto de 1992), publicação da Renamo, desde 1983 o movimento vem ganhando crescente dimensão nacional e já se dignificava a ser reconhecido como força militar e política considerável para o futuro do país. Procurando legitimar-se como a maior oposição política à Frelimo, acusa o governo de todas as mazelas que afligem os moçambicanos. Afirma ainda que a Frelimo e seus dirigentes perderam há muito sua base camponesa e que hoje só se sustenta sobre o explosivo apoio das massas urbanas.

Ao responsabilizar apenas o governo de paralisia e corrupção e lamentar a implantação do "capitalismo selvagem" através do Programa de Reabilitação Económica e a submissão às regras do FMI e do Banco Mundial, a Renamo se esquece dos 16 anos de guerra em que o país esteve mergulhado e da qual ela foi um dos atores principais,

com sua estratégia de destruir infra-estruturas económicas e sociais.

Por tudo isso, hoje o país convive com milhares de crianças que preenchem as listas de desaparecidos, subnutridas, sem escolas, pedintes e órfãos (*Le Point*, 27.3.93). Calcula-se ainda que há cerca de quatro milhões de deslocados e 1,8 milhão de refugiados nos países fronteiriços. Esse e outros dados ainda mais catastróficos nos faz acreditar que Moçambique continuará por muito tempo com seus campos minados.

Edson Borges

ÁFRICA DO SUL

## Violência política, o combustível da crise

Somente o tempo permitirá avaliar o quanto é verdadeiro o compromisso com o diálogo, exibido pelas forças políticas sul-africanas. A evolução das negociações tornará inevitável a dissolução dos grupos armados. Quando isso acontecer, poderá ser medido o interesse e empenho de todos na construção de uma nova África do Sul.

No momento, o desacerto é bem mais prosaico. Sequer há consenso acerca da denominação que deverá intitular o atual estágio de negociações. Codesa foi o nome empregado quando exclusivamente os representantes do governo e do ANC participavam, o que, para as forças políticas excluídas, trata-se de denominação emblemática de uma época de negociações ilegítimas.

A utilização recorrente da violência política é próprio de sociedades que experimentam processos de guerra civil de baixa intensidade. A violência política é crônica, invade a rotina do país. O impacto institucional dessa rotinização da violência é imenso. Cria-se a impressão de um Estado incapaz de monopolizar a utilização de re-

ursos violentos. Disseminada pelos atores politicamente ativos da sociedade, a violência política é o grande fator conjuntural de desestabilização na África do Sul.

A erradicação desse quadro é condição indispensável para o sucesso do processo de transição política. Legado de uma época na qual os espaços para a atuação política institucional eram inexistentes, os métodos violentos, hoje, colocam em risco a sobrevivência, enquanto nação, da África do Sul. Aparentemente, esse é um problema de cultura política. Os hábitos políticos da atual geração de dirigentes e ativistas foram plasmados no interior de uma ordem marcada sobretudo pelo obscurantismo segregacionista. Antes do advento do governo De Klerk, fazer política envolvia quase necessariamente a utilização de métodos violentos. Agora, quando se exige dessa geração de dirigentes discernimento e diálogo, poucos são aqueles dotados de tais atributos.

Roquinaldo Amaral Ferreira

### NESTA EDIÇÃO

**ANGOLA:**  
● Noticiário sobre a guerra e sobre as conversações de paz (Pág. 3 a 6)

**MOÇAMBIQUE:**  
● Rebelião dominada (Pág. 6)  
● Missão portuguesa a Moçambique não é pacífica (Pág. 7)  
● Paz no impasse (Pág. 6)  
● Ajello promove cimeira moçambicana (Pág. 8)  
● Portugueses duvidam de Moçambique (Pág. 8)  
● Como salvar Moçambique (Pág. 9)

**CABO VERDE:**  
● Pedro Pires deixa liderança partidária (Pág. 9)

**ÁFRICA DO SUL:**  
● S African forces rin pro-ANC homeland (Pág. 10)  
● Começou nova Codesa (Pág. 10)  
● Africa do Sul sem grandes perspectivas (Pág. 10)  
● A eterna angústia da África do Sul (Pág. 11)  
● O fôlego zulu (Pág. 12)

**GUINÉ-BISSAU:**  
● Guiné-Bissau, Gâmbia, Casamansa: historicidades cruzadas (Pág. 12)

**SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:**  
● S. Tomé e Príncipe é um país viável (Pág. 13 e 14)

ANGOLA

# Rumo às negociações de paz

Embora um pouco desencontradas, as últimas notícias sobre as negociações entre o governo de Luanda e a Unita, desta vez sob a égide das Nações Unidas, apontam finalmente para uma data e um lugar: provavelmente 14 de abril, em Abidjan.

O encaminhamento final rumo às negociações de paz foram precedidas de alguns passos importantes. O primeiro deles foi a reunião em Abidjan do subsecretário americano adjunto de Estado, Jeffrey Davidow, com a delegação da Unita e representantes do governo de Angola. Dos sete pontos apresentados pela Unita, Davidow descartou de imediato dois: a dissolução do governo do MPLA, a ser substituído por um governo de transição por dois anos, e o desconhecimento dos resultados eleitorais de setembro de 1992.

No entanto, Davidow tomou em consideração as demandas da Unita quanto a uma participação alargada tanto a nível nacional como provincial e local, bem como a libertação de todos os detidos e a criação de condições que possibilitem uma assistência humanitária por todo o país.

Luanda apresentou três condições básicas: respeito pelos Acordos de Bicesse, pelo resultado eleitoral e pelas resoluções 804 e 811 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O segundo passo importante para a paz foi dado pelo Comitê Central do MPLA, que recomendou a seu governo o pro-

seguimento do diálogo com a Unita com vistas a uma solução pacífica do conflito que dilacera o país.

Essa proposta surge no momento em que o orçamento geral do Estado está em discussão na Assembleia Nacional. Nele, 80% dos recursos são destinados à defesa, incluindo a aquisição de armas e outros equipamentos militares. Tais recursos são avaliados em mais de US\$ 2 bilhões. Talvez, aqui valha o velho adágio: se queres a paz, prepara-te para a guerra.

Fora esse orçamento de guerra ainda não votado, os demais passos foram dados no sentido das negociações. Os Países da Linha de Frente, reunidos em Harare, apoiaram as posições de Luanda, embora na verdade estivessem mais preocupados com uma aliança entre o ANC e o PAC, o que poderia contribuir para uma virada positiva na situação sul-africana.

A movimentação diplomática mais próxima das posições da Unita foi realizada durante a quinzena passada pelos presidentes da República da Costa do Marfim, Senegal e Gabão. Eles pretendem levar a reunião de negociação de paz para o Marrocos. É neste país que a Unita tem o seu apoio diplomático africano com mais legitimidade (faltam essa qualidade à África do Sul e mesmo ao Zaire), bem como auxílio militar e financeiro, vindo sobretudo dos países árabes.

O rei Hassan II, do Marrocos, é um in-

terlocutor importante não só para os regimes "moderados" do continente, mas também de interesses nem sempre muito coincidentes da Comunidade Europeia como um todo - e da França em particular -, dos Estados Unidos e, evidentemente, das monarquias petrolíferas árabes.

Uma intervenção, um pouco inesperada pela sua crueza, veio de uma entrevista à televisão angolana do ministro das Relações Exteriores de Portugal, Durão Barroso. Ele declarou que os Estados Unidos "deviam pressionar a Unita" a respeitar os Acordos de Bicesse. E acrescentou: "Aquilo que se assiste é uma grande dificuldade dos Estados Unidos em serem capazes de fazer ver ao seu antigo aliado a necessidade de cumprir com aquilo que assinou livremente". Para ele, "o que está em causa em Angola é muito importante, e não é por uma questão de teimosia que se perde esta hipótese de paz em Angola". Pode ser que a recente nomeação do novo Subsecretário de Estado para a África, George Moose, venha ao encontro do que Durão Barroso espera. Resta esperar, porque na sua exposição a uma comissão do Senado norte-americano, o subsecretário esclareceu que primeiro há que alcançar a paz e só então haverá o reconhecimento pelos Estados Unidos do governo de Luanda, "o que está para breve".

José Maria Nunes Pereira

## Porta de entrada para a África Central

Em declaração à revista portuguesa *Sábado*, de 8 de abril, o primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Norberto da Costa Alegre, afirmou não ter dúvidas de que o seu país é viável. "É muito rico em termos de solo, energia hídrica e com ótimas condições para um turismo de qualidade". É de acrescentar que São Tomé pode ser uma porta de entrada para os países da África Central e Nigéria, um mercado de quase 200 milhões de pessoas.

O primeiro-ministro salientou que as transformações pelas quais passou o país não se resumiram à implantação do multipartidarismo, que se fez sem traumas. Após as vitórias em 1991, o seu partido, PCD-GR (ver box), perdeu as eleições municipais para o MLSTP, antigo partido único.

Costa Alegre adverte que "o momento é delicado não só para São Tomé mas para as economias africanas em geral, marcadas por uma contínua degradação dos termos de troca". Ele mencionou que esses países, como o seu, "estão cada vez mais encurralados num processo que tem conduzido progressivamente a um programa de ajustamento estrutural".

Interrogado sobre a agricultura, set-chave do país, o primeiro-ministro lamentou que a desestatização das grandes fazendas não tenha ainda contribuído para o surgimento de uma classe de agricultores. "Nós, ao longo da história, nunca tivemos agricultores e continuamos a ter assalariados agrícolas".

A reforma agrária posta há pouco em curso pretende criar uma classe média no campo. Disse o primeiro-ministro que "já

temos, por exemplo, um grupo de 80 agricultores que se dedicam à horticultura e que começam agora algumas culturas anuais". Segundo ele, será também o primeiro passo para a pecuária.

Essa passagem de Costa Alegre por Lisboa enfatiza as relações com Portugal, que investe anualmente US\$ 15 milhões na cooperação com São Tomé. Além disso, vi-

vem em Portugal cerca de 15 mil são-tomenses, quase 10% da população total do país.

A visita de Costa Alegre pode também dissipar rumores de que, enquanto o presidente Miguel Trovoada privilegia as relações com Portugal, o primeiro-ministro preferia uma virada para a França e para a vizinhança da África francófona. (JMNP)

### Perfil de São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é o menor dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (Palop), composto de duas ilhas situadas a 300 quilómetros da costa do Gabão. Nos seus quase mil quilómetros quadrados habitam cerca de 120 mil pessoas. Povoado por portugueses e escravos desde o final do século XV, o arquipélago formou uma cultura própria, crioula, cujo dialeto é o forro, embora a quase totalidade da população fale também o português e seja católica.

A maior parte da sociedade é formada pelos *filhos da terra*, mestiços e descendentes de escravos alforriados há quatro séculos, e por *forros* nascidos depois da abolição do tráfico. Os *angolares*, grupo minoritário, sobretudo pescadores, descendem de 200 escravos vindos de Angola num navio que afundou em meados do século XVI. No tempo colonial, a maioria da mão-de-obra para as roças provinha de outras colónias portuguesas: eram os *contratados*, semi-escravos que deixaram descendentes, os *tongos*.

As plantações de cana-de-açúcar foram inviabilizadas a partir do século XVII devido a constantes revoltas de escravos. São Tomé se tornou um simples entreposto de escravos até a introdução, em 1822, da cultura do café e do cacau. Entre 1910 e 1920, a colónia foi o maior exportador mundial de cacau, com cerca de 50 mil toneladas. Quando da independên-

cia, em 12 de julho de 1975, o país produzia perto de 12 mil toneladas, reduzidas hoje a quatro mil, refletindo a crise económica que foi agravada no campo social pelo plano de ajustamento estrutural indicado pelo FMI e Banco Mundial.

A produção do café e do cacau era feita em grandes fazendas de portugueses - as roças. Estatizadas depois da independência, atualmente a maior parte delas foi entregue à administração privada e o restante cedido a camponeses.

São Tomé foi o primeiro dos Palop a adotar o multipartidarismo e a realizar eleições gerais. Em janeiro de 1991, o recém-legalizado Partido da Convergência Democrática - Grupo de Reflexão (PCD-GR) ganhou 33 das 54 cadeiras na Assembleia Nacional. O antigo partido único, o MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), liderado por Manoel Pinto da Costa, também perdeu as eleições presidenciais de 8 de fevereiro para Miguel Trovoada, do PCD-GR. Em 6 de dezembro de 1992, nas eleições nos sete municípios do país, o PCD perdeu seis cadeiras para o MLSTP e uma para um novo partido, a Ação Democrática Independente (ADI), ligado ao presidente Miguel Trovoada, que tem tido dificuldade em lidar com o partido que o elegeu. (JMNP)

Empresários portugueses na área da defesa lamentam oportunidade perdida

PÚBLICO, 2 4 93

## “Quem me dera estar a vender armas a Angola”

“QUEM ME dera estar a vender a Angola!” O desabafo de um dos responsáveis da Indep — Indústrias Nacionais de Defesa não podia ser mais sintomático do estado espírito que domina a maioria das empresas portuguesas com negócios na área da defesa. Todos gostariam de estar a vender, todos sentem que estão a perder largos milhares de contos, mas também todos parecem de acordo quanto aos custos políticos de tal negócio.

A Indep é de longe a principal prejudicada pelo embargo. Munições e armas encabeçam a lista dos produtos sobre os quais recai a proibição de venda a Angola e esses são os bens que a Indep comercializa, quer através das suas unidades fabris de Braço de Prata e Moscavide quer através da Spel, de que é accionista maioritário. A crise que actualmente atravessa o sector de armamento faz lamentar ainda mais a impossibilidade de venda a Angola.

As empresas do grupo Centrel, Spel e UMM completam o leque restrito de empresas nacionais com interesse, na área da defesa, em Angola. Há cerca de um ano, o Ministério de Defesa tinha inclusive dinamizado a formação de um consórcio

com a participação deste grupo de empresas, para além das Oficinas Gerais de Fardamento, o qual seria apoiado na sua incursão no mercado angolano. O consórcio esteve “em estudo” até às eleições — considerava-se politicamente incorrecto fornecer o exército único angolano antes de se saber quem governaria o país e em que condições — e, com os acontecimentos que se seguiram, ficou definitivamente “em banho-maria”.

“O consórcio nunca chegou a existir, porque tudo estava dependente da mudança de equipamento do exército único angolano”, comentou Mendonça Santos, administrador da Spel.

O Ministério da Defesa foi muito claro nas instruções que deu às empresas do sector, em particular à Indep. Vendas para Angola, seja de balas seja de capacetes, nem pensar. Contactado pelo PÚBLICO, o mesmo Ministério remete para os Negócios Estrangeiros a orientação da política portuguesa e, como que a comprovar a compreensão dos empresários nesta matéria, refere que nem um só pedido de exportação de material de defesa foi submetido à apreciação da Defesa desde que foi decretado o embargo.

“Há problemas políticos

que condicionam toda a situação. Afinal, estão 40 mil portugueses em Angola”, corroborou Rocha de Matos, presidente da Centrel.

Mas, mais do que compreensão em relação aos custos políticos de um bom negócio, a ausência de pedidos reflecte um perfeito entendimento das regras do jogo. Quem quer que pense em vender material embargado a Angola fará tudo menos comunicar as suas intenções ao Ministério, que é a entidade que oficialmente controla o processo.

Solicitando o anonimato, dois responsáveis de empresas de defesa admitiram, em declarações ao PÚBLICO, que, “em caso de uma boa oportunidade”, a melhor via seria a venda a países terceiros que posteriormente encaminhariam o material para Angola. As “oportunidades”, a surgirem, também não serão propriamente múltiplas. Por exemplo, no sector dos explosivos militares, é sabido que as forças do MPLA usam munições não Nato, o que exclui à partida o recurso aos explosivos da Spel (que curiosamente detém uma empresa de explosivos em Angola, a SPEA).

Apesar de existirem alguns rumores sobre a existência de

material português “desviado” para Angola, ninguém assume qualquer denúncia ou apresenta fundamentos sólidos. No que respeita ao envolvimento comercial de Portugal na guerra angolana, as pistas mais consistentes parecem ser precisamente as que apontam para a actividade de algumas “tradings” com representação em Lisboa e que estabeleceram o contacto entre dirigentes angolanos, de ambas as partes em confronto, com os seus potenciais fornecedores. Quem e como permanece um segredo bem guardado.

Na frente oficial, reina o desapontamento. Há um ano, havia uma série de empresas portuguesas que se consideravam potenciais fornecedoras do exército único de Angola e também da sociedade civil. Em 1992, as exportações para Angola subiram de 79 milhões para 111 milhões de contos. Os empresários e gestores das indústrias de defesa não lamentam meramente o negócio perdido por causa do embargo. Pior que isso, afirmam, é serem ultrapassados, no mercado angolano, por outras empresas, por exemplo espanholas e francesas, que estão a cimentar a sua posição no decurso da guerra. Perderam economicamente e acreditam cada vez menos que se ganhe politicamente, apesar das boas causas. ■

Rute Sousa Vasco

## Luanda impõe condições

PÚBLICO, 2 4 93

O GOVERNO angolano não exclui taxativamente a ideia de ainda este mês se encontrar com a UNITA, talvez em Abidjan, mas coloca três condições para que tal se possa verificar.

Luanda entregou quarta-feira aos Estados Unidos a sua resposta à sugestão do grupo de Savimbi no sentido de que por volta do dia 15 se reatam as negociações bilaterais — disse ontem à agência Lusa uma fonte negocial da capital angolana.

A resposta foi entregue localmente ao embaixador norte-americano Edmond de Jarnette e em Washington ao subsecretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow — explicou.

Os dois encontros oficiais entre Angola e os Estados Unidos seguiram-se às conversações da semana passada, na Costa do Marfim, entre delegações chefiadas por Davidow e pelo secretário da UNITA para a Informação, Jorge Valentim.

Os norte-americanos sugeriram que as conversações de meados deste mês também sejam no país de Félix Houphouët-Boigny, um velho amigo de Savimbi, mas Luanda diz que aceitará qualquer sugestão dos negociadores quanto a data e a local.

### Respeito por Bicesse

No entanto, as autoridades angolanas apresentam três pontos principais para que seja possível o reatamento do diálogo: respeito pelos acordos de paz rubricados em Bicesse e pelos resultados das eleições de Setembro do ano passado, bem como pelas mais recentes resoluções da ONU referentes a Angola.

Dos sete pontos que a UNITA lhe apresentou em Abidjan como condições para o diálogo com Luanda, Jeffrey Davidow rejeitou de imediato duas: criação de um Governo de Transição que poderia ser válido por cerca de dois anos e o estatuto de paridade para os dois candidatos presidenciais que hão-de ir à segunda volta — disse ainda a fonte ontem citada pela agência Lusa.

O actual Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi o candidato mais votado na primeira volta, em

Setembro, mas não chegou a atingir os 50 por cento, pelo que terá agora de enfrentar nas urnas o candidato que ficou em segundo lugar, Jonas Malheiro Savimbi.

Entretanto, inicia-se hoje em Harare, capital do Zim-

babwe, uma cimeira dos países da “linha frente”, que terá como questão central o conflito angolano, admitindo-se que dela surja uma nova iniciativa diplomática para reunir as partes beligerantes à mesa das negociações. ■

### FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

Uma seleção criteriosa de recortes, precedida de comentários, das principais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e sobre a África Austral publicadas em jornais e revistas.



LIGUE PARA 531-2000  
(R. 259)

OU PARA 531-2636

# Bicesse ou o caos

PÚBLICO, 24 93

Joaquim Trigo de Negreiros

*Lisboa insiste na sobrevivência dos Acordos de Paz, vistos como única tábua de salvação para reencontrar o caminho da paz. Para isso, desmultiplica-se em contactos diplomáticos. Depois de gravemente afectada a capacidade de comunicação directa com a UNITA, Portugal aposta sobretudo no seu papel de "pivot" entre Luanda e Washington. Objectivo: fazer o "outro jogador" regressar ao campo das negociações.*

**A** luz da actual situação do conflito angolano, os Acordos de Bicesse podem assemelhar-se a um doente terminal, ligado a uma máquina que lhe assegura uma sobrevivência por tempo indeterminado. À volta da cama do paciente, mantido em vida vegetativa à espera da sentença de morte ou da descoberta da cura, aqueles a quem o seu destino diz respeito fazem a pergunta habitual nestas circunstâncias: "Até quando?"

É certo que nenhuma das "visitas", entre parentes próximos e amigos distantes, quer tomar a iniciativa de desligar a máquina. Perante os elevadíssimos custos de toda a ordem de uma guerra civil prolongada, nem o Governo de Luanda nem a UNITA estão na disposição de sacrificar a única ponte existente para uma solução política do conflito.

A Rússia e os EUA, peças-chave na engenharia dos Acordos de Paz, jogam naturalmente na sobrevivência de um conjunto de dispositivos que não teria sido possível estabelecer sem o seu contributo activo. A chamada "comunidade internacional" — isto é, a Organização das Nações Unidas — sabe que o enterro dos Acordos a projectaria para um in-

cómodo (e dispendioso) protagonismo directo na primeira linha da mediação do conflito. Mas ninguém tem tantas razões para apostar na "cura" de Bicesse como o Governo português.

A associação de Washington e Moscovo às conversações de Bicesse, articulada por Lisboa, teve por objectivo primeiro envolver os principais "padrinhos" das duas partes angolanas no processo de paz e amarrá-los ao desenlace final das conversações. Nessa lógica, caberia aos EUA velar para que a "afilhada" UNITA não se desviasse da rota estabelecida ao longo do processo, e à Rússia (ainda União Soviética por altura da assinatura dos Acordos) exercer o mesmo tipo de influência sobre o Governo de Luanda.

Sob esta geometria mais aparente, as conversações favoreceram ainda uma série de contactos "cruzados" entre cada uma das partes e o "padrinho" da sua rival, sobretudo no que diz respeito ao eixo Luanda-Washington. É nesta teia de vigilâncias mútuas que Portugal assume o seu papel de articulador — ou de "honest broker", nas palavras do ex-responsável pelos assuntos africanos na administração norte-americana, Chester Croker.

A realidade demonstrou que estes mecanismos não bastaram para travar o regresso da guerra. Tão óbvia como essa constatação é a tese, que a diplomacia portuguesa não se cansa de repetir, segundo a qual nenhum dispositivo poderia evitar o descalabro caso o

acordo viesse a ser rompido por uma das partes.

A desmobilização não foi devidamente fiscalizada? A presença dos homens da ONU no terreno foi manifestamente insuficiente? As eleições foram prematuras? A estrutura da OCPM não era a mais adequada? De acordo, dizem os diplomatas portugueses envolvidos no processo, mas o aperfeiçoamento destes aspectos não constituiria garantia absoluta se um dos subscritores decidisse voltar as costas aos compromissos assumidos.

Além disso, insiste o Palácio das Necessidades, o texto laboriosamente negociado em Bicesse foi o texto "possível", aquele que a UNITA e o Governo de Luanda se dispuseram a assinar, e não um documento imposto pela mediação.

## Entre Luanda e Washington

Uma vez confirmada a brutal interrupção do processo angolano, Portugal reavalia a sua capacidade de intervenção. Verifica-se que os acontecimentos comprometeram seriamente a capacidade de diálogo com a UNITA. Perante isso, Lisboa passa a concentrar esforços no seu papel de ligação entre Luanda e Washington, um "subproduto" de Bicesse que agora lhe interessa rentabilizar. Por várias razões.

Em primeiro lugar, é importante conter as vozes que, em Luanda, se começam a perguntar: "Finalmente, o que é que nós ganhamos com tudo isto?" A pergunta, feita por aqueles que lembram que o MPLA "deu" à UNITA a possibilidade de conquistar o poder pelo voto e aceitou a desmilitarização para depois ser "apanhado à traição" por Savimbi, é talvez a mais perigosa ameaça à sobrevivência do quadro de Bicesse.

Para lhe dar resposta, a atitude dos EUA é crucial: mantendo o diálogo com Luanda e sinalizando um reconhecimento para o qual só falta marcar a data, a Administração norte-americana mostra o que Luanda tem "a ganhar" permanecendo no terreno dos Acordos de Paz.

Em segundo lugar, a manutenção da ligação entre o "padrinho" de Savimbi e o Governo angolano pressiona a UNITA a regressar ao campo das negociações. É esse o objectivo último dos contactos em que está envolvida a diplomacia portuguesa: favorecer a "volta ao campo" do jogador que, perante um resultado que lhe era adverso, decidiu abandonar a partida no fim da primeira parte.

As virtualidades da ponte entre Washington e Luanda assumida por Lisboa constituem um lado da moeda. Do outro lado está o risco de aparente "colagem" de Portugal a uma das partes e de afastamento ainda mais acentua-

do em relação à UNITA. Um risco ampliado por algumas decisões menos compreensíveis da diplomacia portuguesa, como a que resultou na recente entrevista concedida por Durão Barroso à Televisão Popular de Angola, veículo claramente instrumentalizado pelo Governo de Luanda.

## Mudar as regras?

A UNITA faz exigências para voltar ao terreno de jogo, mas o conteúdo e a extensão dessas exigências não são ainda muito claros. Daí que as sugestões tenham partido dos próprios observadores, muitas vezes sob inspiração portuguesa.

Trata-se de tentar oferecer ao movimento de Jonas Savimbi condições "razoáveis" — isto é, soluções que não ponham em risco a essência de Bicesse — para a volta da UNITA à mesa de negociações. Para isso, é preciso antes de mais nada, perceber o que esta organização quer. Do ponto de vista de Lisboa, as posições do movimento de Savimbi giram em torno de três pontos essenciais: contestação dos resultados eleitorais, exigência de condições de segurança para os seus apoiantes e desejo de uma partilha de poder.

O primeiro ponto parece não ter saída. A "limpeza" das eleições angolanas foi confirmada pela ONU e não restaria a Savimbi outra alternativa senão aceitar os resultados das legislativas e da primeira volta das presidenciais. As "compensações" ficariam para o segundo e o terceiro aspectos das exigências da UNITA, tal como Portugal as identifica.

No que diz respeito à segurança dos homens da UNITA num cenário de cessar das hostilidades, Lisboa favorece o reforço da presença de capacetes azuis em Angola, com a missão de evitar represálias e retaliações.

É em relação ao terceiro ponto — a partilha de poder — que o entendimento se anuncia mais complicado. Uma vez aceite por Luanda o princípio de um Governo de "reconciliação nacional" — uma solução defendida pelos observadores ainda antes das eleições —, resta definir os contornos de uma partilha de poder em termos regionais, a nível dos governos provinciais.

A simples menção do assunto levanta de imediato o fantasma da secessão e o temor da "somalização" de Angola. É a pensar nesse cenário que Portugal insiste na ideia de que qualquer "novidade" — e é dado como certo que uma solução política para Angola não é possível sem introduzir alterações ao quadro definido antes do descalabro do ano passado — terá que ser ponderada à luz do "espírito de Bicesse". ■

Impacto da guerra faz-se sentir em todos os domínios

PÚBLICO, 2 4 93

## Cooperação abranda à espera de melhores dias

EM JANEIRO de 1992 embarcaram para Angola dez professores de Português. Tinham a seu cargo a formação de docentes nos Institutos Médios Normais de Luanda, Lubango, Benguela e Huambo e contavam com o apoio da Direcção-Geral para a Cooperação. Em Julho, os professores vieram a Portugal de férias. Nunca mais voltaram. Já este mês, delegações dos dois países decidiram suspender definitivamente o projecto e delinear as linhas gerais de um novo programa no âmbito da Língua Portuguesa, a concretizar, se houver condições para isso, lá para o início de 1994.

O destino deste Projecto-Piloto de Língua Portuguesa ilustra bem a actual situação de uma série de acções de cooperação programadas antes do recender da guerra em Angola.

Para além de afectar a cooperação bilateral, o eclosão do conflito "congelou" programas multilaterais. É o caso do projecto de reabilitação do Hospital Américo Boavida, cujo protocolo de aplicação data de Maio de 1991, precisamente o mês em que foram assinados os Acordos de Paz. O projecto, que envolvia a Comunidade Europeia e dois dos seus Estados-membros — Portugal e Itália —, está parado, à espera de melhores dias.

Os dois exemplos citados enquadram-se na actividade da Direcção-Geral da Cooperação, que, das três estruturas governamentais vocacionadas para a cooperação, está "especializada" em programas nas áreas da

Cultura e da Saúde e em acções de ajuda humanitária. Mas o panorama de abrandamento dos projectos relacionados com Angola estende-se também ao Instituto para a Cooperação Económica, que concentra a sua actividade em acções de formação profissional, e ao Fundo da Cooperação Económica, voltado para o apoio à iniciativa empresarial.

Dos três, o Fundo da Cooperação Económica é o que dispõe de um orçamento mais generoso: cerca de quatro milhões de contos anuais, que podem ser "esticados" em função do interesse dos projectos apresentados pelas empresas. A Direcção-Geral da Cooperação conta com cerca de 870 mil contos (média dos últimos dois anos e meta apontada como provável para 1993) e o Instituto para a Cooperação Económica gastou no ano passado 530 mil contos.

No âmbito do Fundo da Cooperação, Angola é responsável por quase um terço dos projectos aprovados de meados de 1992 até hoje: 31, num total de 96. Desses projectos, no entanto, nem todos poderão ser concretizados de acordo com as previsões. O eclidir da guerra comprometeu, por exemplo, o importante projecto de reabilitação dos caminhos-de-ferro, que envolve a CP, e a recuperação das estruturas portuárias angolanas, iniciativa que se encontra completamente paralisada.

Os estudos para o ambicioso plano de aproveitamento da bacia do Cunene, em cuja pre-

paração está envolvido o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, também não tiveram melhor sorte. Neste caso, a estrutura afectada é o Instituto para a Cooperação Económica, forçado pelas circunstâncias a restringir as suas actividades a acções de formação profissional em Luanda e à concessão de bolsas de estudo para angolanos em Portugal. Destas, no ano passado, beneficiaram 643 estudantes.

Para além das limitações objectivas, impostas pelo regresso de uma situação de guerra, a cooperação com Angola sofre os efeitos políticos decorrentes do conflito. O problema chegou a pôr-se em relação ao futuro Centro Cultural português em Luanda, cuja inauguração estava prevista para o ano passado e que deverá finalmente abrir as suas portas no próximo dia 10 de Junho.

Poderia a inauguração do Centro Cultural ser interpretada como uma manifestação de apoio a uma das partes do conflito em Angola? A constatação do agressivo investimento cultural francês ou espanhol em Luanda contribuiu para acabar com as dúvidas e o Instituto para a Cooperação Económica resolveu avançar com a obra, avaliada em 250 mil contos.

### CE limitada a Luanda

Muito importante para Angola é a cooperação que chega através da Comunidade Europeia. Só no último ano, em linhas orçamentais suplementa-

res previstas pela Comissão Europeia para apoio ao processo de reconciliação nacional, foram canalizados para Angola cerca de 50 milhões de ecus (quase nove milhões de contos). Isto sem falar dos 220 milhões que a CE lhe destinou desde 1985, ao abrigo da Convenção de Lomé.

Nos gabinetes da Rua Rainha Jinga, onde está instalada a delegação da Comissão Europeia na capital angolana, continua-se a trabalhar na preparação de uma série de projectos para o conjunto do país, mas sabe-se que, neste momento, as acções de apoio ao desenvolvimento têm de se limitar a Luanda.

O estudo para a reconstrução de estradas na Huíla, a cargo da empresa portuguesa Soares da Costa, a formação profissional no Huambo, a reinserção de desmobilizados em Malanje ou no Menongue, tudo está "congelado", enquanto os esforços no terreno se concentram na ajuda humanitária às vítimas da guerra.

Entretanto, em Lisboa, o discurso oficial reflecte a passagem da euforia à decepção. Depois do "para Angola e em força" com que apelou aos empresários portugueses imediatamente após a assinatura dos Acordos de Paz, o Governo chegou a relativizar a sua responsabilidade sobre os portugueses envolvidos em negócios com Angola. Essas declarações, recebidas com apreensão pela comunidade portuguesa em Angola, foram esclarecidas mais tarde: Lisboa referia-se aos "aventureiros" que tentassem tirar proveito da situação de guerra. ■

Joaquim Trigo de Negreiros

## MPLA recomenda ao Governo diálogo com a UNITA

PÚBLICO, 3 4 93

O COMITÉ Central do MPLA, partido vencedor das eleições legislativas de Setembro do ano passado, recomendou ontem ao Governo angolano o prosseguimento do diálogo com a UNITA, com vista a uma solução pacífica do conflito que se arrasta no país.

A posição do Comité Central, reunido desde quarta-feira em Luanda, foi expressa pelo secretário do MPLA para a Informação, João Lourenço.

O Governo de Angola deverá "continuar disponível para o diálogo", com vista a uma solução pacífica da guerra que se seguiu ao conhecimento dos resultados eleitorais — disse João Lourenço, que no entanto sublinhou a necessidade de a UNITA respeitar os acordos que em 1991 foram alcançados na localidade portuguesa de Bicesse, perto de Lisboa.

As conversações entre o Go-

verno angolano e a UNITA foram interrompidas em Fevereiro último, devendo agora as duas partes voltar à mesa das negociações em meados deste mês, possivelmente numa cidade africana, que poderá ser Abidjan, na Costa do Marfim.

O partido chefiado por Jonas Savimbi "deve cessar a guerra, acantonar as tropas e pô-las sob controlo das Nações Unidas" — afirmou ainda o porta-voz do MPLA para as questões de Informação, que também pediu a reintegração das forças da UNITA no Exército único de Angola e a entrada no Parlamento de todos os deputados eleitos pelo mesmo grupo.

A União Nacional para a Independência Total de Angola elegeu 70 deputados nas legislativas de 29 e 30 de Setembro, mas até agora só um sétimo desse total aceitou tomar posse: os que ficaram "sob

custódia" do Governo depois dos confrontos que se verificaram em Luanda de 31 de Outubro a 2 de Novembro, nos quais morreu inclusive o vice-presidente de Savimbi, Jeremias Chitunda.

### Reunião prossegue

A reunião do Comité Central do MPLA prossegue durante este fim de semana, estando a analisar a grave situação político-militar que se vive praticamente em todo o país, a possível nomeação de um novo secretário-geral que substitua o actual primeiro-ministro, Marcolino Moco, e o preenchimento de vagas no Bureau Político.

Fontes oficiais citadas pela agência Lusa admitem que o próximo secretário-geral venha a ser o próprio João Lourenço, por proposta do presidente do partido, José Eduardo dos Santos.

Enquanto isto, 30 guardas sul-africanos das instalações pe-

trolíferas do Soyo, no Norte de Angola, fugiram quinta-feira da região, depois de um ataque da UNITA — disse ontem em Pretória um porta-voz da companhia que os contratara, a Executive Outcomes. Dirigiram-se a Luanda num barco colocado à sua disposição pela empresa norte-americana Texaco.

Um guarda britânico e um sul-africano tinham sido mortos no passado fim de semana pelos homens da UNITA, enquanto inspecionavam as instalações.

Por outro lado, em Harare, ao abrir ontem uma cimeira dos países da Linha da Frente, o Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, traçou um quadro sombrio da situação na África Austral, muito em particular em Angola, que é representada pelo primeiro-ministro Moco.

Um dos objectivos da cimeira vai ser conseguir uma maior coordenação de esforços entre o ANC e o PAC, pois muitos dos Chefes de Estado da região entendem que só juntos esses dois partidos da maioria negra poderão conseguir uma viragem decisiva na situação sul-africana. ■

## Diálogo angolano passa por Marrocos

PÚBLICO, 4.4.93

A HIPÓTESE de Marrocos é actualmente uma das favoritas da UNITA para o diálogo que há a travar com o MPLA sobre a deposição das armas em Angola e a instauração de uma verdadeira dinâmica de paz. Mas também se admitem os cenários de Abidjan, Nova Iorque e Genebra, continuando a apostar-se em que o próximo encontro possa ter lugar em meados deste mês.

No fim de Março o semanário "Jeune Afrique", de Paris, admitia já que estivessem em curso iniciativas diplomáticas para uma reunião na capital marroquina entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o lí-

der da oposição angolana, Jonas Malheiro Savimbi. Mas no escritório da UNITA em Lisboa elucidaram-nos ontem que é ainda muito cedo para se falar de uma cimeira, antes sendo necessário reunir a um nível inferior ao dos chefes de uma e outra parte em conflito.

O secretário-geral do movimento, Eugénio Manuvakola, e o secretário para a Informação, Jorge Valentim, são as figuras em que o partido de Savimbi aposta para esta fase do diálogo que se mostra urgente com os homens de Luanda, admitindo que Rabat poderia ser um bom local para a reconciliação.

Os presidentes do Gabão, Omar Bongo, do Senegal, Abdou Diouf, e da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, têm estado em contacto com o rei Hassan II de Marrocos sobre a possibilidade de, no seu conjunto, darem uma ajuda às iniciativas que visam conseguir a paz em Angola.

Há um ano a bola estava essencialmente com Portugal,

os Estados Unidos e a Rússia, antes de se terem efectuado as eleições legislativas e presidenciais cujo resultado surpreendeu a UNITA. Depois passou para a ONU, que tem vindo a tentar pôr cobro à nova fase da guerra civil angolana. E por último surgem agora diversas iniciativas africanas.

Enquanto os francófonos, mais abertos às posições de Savimbi, pretendem que o processo de Angola passe por Abidjan ou Rabat, os Chefes de Estado da Linha da Frente, na sua maioria anglófonos, pe-

dem a Washington que reconheça o Governo de Luanda, como forma de se apressar o fim da guerra.

Por seu turno, o primeiro-ministro Marcolino Moco admitiu sexta-feira à noite à agência Lusa que Luanda poderá decidir recorrer a ajuda armada externa para solucionar o conflito com a UNITA [que controla mais de 70 por cento do território angolano]. E voltou a dizer que o partido de Jonas Savimbi conta com apoios na África do Sul, no Zaire e na Costa do Marfim. ■ J.M.

**PAÍSES DA LINHA DA FRENTE APELAM AOS ESTADOS UNIDOS** — Os líderes dos sete países membros da Linha da Frente, reunidos ontem numa cimeira em Harare, pediram aos Estados Unidos para reconhecerem oficialmente o Governo de Angola para ajudar a pôr termo ao conflito no país. Em comunicado divulgado no final da cimeira, que foi presidida pelo Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, os chefes de Estado ou de Governo da organização africana também pedem aos dois beligerantes em Angola, o Governo do MPLA e a UNITA, para decretarem "o mais rapidamente possível" um cessar-fogo. O comunicado esclarece que o reconhecimento formal do regime de José Eduardo dos Santos por parte de Washington permitiria "avançar com o processo democrático" e ajudaria a "pôr termo ao conflito".

PÚBLICO, 3.4.93

## Rebelião militar

PÚBLICO, 31.3.93

COMANDOS moçambicanos assaltaram ontem um quartel da guarda presidencial em Magoanine, uma região periférica de Maputo, onde estalou um motim, anunciou a emissora oficial.

Durante os 30 minutos que durou a operação, que só terminou com a ocupação das instalações, várias pessoas ficaram.

A instabilidade nas fileiras da guarda presidencial remonta a Novembro. Membros deste corpo exigiram então uma melhoria dos soldos da ordem dos 23 por cento. Após a desmobilização, os militares receberam o aumento com efeitos retroactivos mas a medida não resolveu o problema.

A guarda presidencial conta 1800 homens e está dividida em três batalhões que guardam o Palácio Presidencial e a residência de Joaquim Chissano na província de Gaza. O terceiro está aquartelado em Magoanine.

O descontentamento transformou-se numa rebelião na quarta-feira, quando membros desmobilizados da guarda desviaram quatro blindados de Magoanine e dirigiram-se ao quartel-general do corpo, em Maputo. Aqui sequestraram, durante algumas horas, o comandante da unidade, o coronel Chitupila.

A acção obrigou o Presidente da República a negociar directamente com a comissão representando os amotinados. Para obter a libertação de Chitupila, o Presidente Chissano viu-se obrigado a ceder aos militares. ■

## Rebelião dominada

PÚBLICO, 1.4.93

SETE FERIDOS, um dos quais em estado grave, e 600 detidos é o resultado do motim protagonizado terça-feira pela guarda presidencial moçambicana e dominado no mesmo dia por comandos do Exército, noticiou a agência noticiosa moçambicana Media-Fax.

Antigos militares do corpo da guarda presidencial — uma formação que tecnicamente tem mais uma natureza policial que castrense — rebelaram-se terça-feira, desviando quatro blindados do batalhão de Magoanine, na periferia de Maputo, e ocupando a unidade a que tinham pertencido e a Casa Militar, na capital.

O Governo, segundo um comunicado, aceitou algumas das exigências dos amotinados, entre as quais o pagamento de oito meses de salários, o fornecimento de roupas civis e o pagamento do transporte que lhes permita voltar a casa. Rejeitou, no entanto, o aumento de 23 por cento também exigido pelos amotinados.

A guarda presidencial tem um efectivo de 1800 homens e está dividida em três batalhões que guardam o Palácio Presidencial e a residência de Joaquim Chissano na província de Gaza, no sul do país. O terceiro batalhão está aquartelado em Magoanine.

Apesar do comunicado oficial omitir quaisquer pormenores sobre o acontecimento, a agência noticiosa Media-Fax disse que o uso da força foi deci-

do numa reunião extraordinária do gabinete de Joaquim Chissano. Da operação resultou então a detenção de seis centenas de pessoas, que fontes oficiais afirmam estarem agora em "acantonamento forçado", mas 400 conseguiram fugir.

Segundo depoimentos recolhidos no local pela Media-Fax, alguns dos rebelados foram "selvaticamente espancados". E acrescenta: "Nas interpelações públicas, os militares não faziam nem faziam perguntas, apenas batiam e capturavam indiscriminadamente, o que faz prever que centenas de cidadãos, que nada tinham a ver com o assunto, tenham sido espancados e conduzidos aos quartéis".

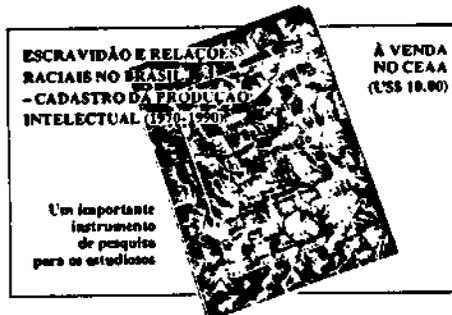
A ausência de um esclarecimento oficial sobre as circunstâncias da evolução deste contencioso, que se arrasta desde Novembro do ano passado, motivou especulações em Maputo segundo as quais os revoltosos terão admitido tomar como reféns familiares de governantes para pressionarem uma solução para o seu caso. Mas o único se-

questro ocorreu quarta-feira da semana passada quando os revoltosos detiveram o comandante da guarda presidencial, coronel Chitupila, e exigiram a presença do ministro do Interior — "sozinho, desarmado e sem guarda-costas".

Fontes próximas do Governo moçambicano, que pediram o anonimato, disseram ao PÚBLICO que o ministro recusou encontrar-se com eles, remetendo a questão para a Presidência da República.

Joaquim Chissano terá sugerido então que os amotinados formassem uma comissão e que fossem falar com ele. Soube-se depois que o aumento salarial e os três milhões de meticais exigidos por cada sublevado eram ilegais e que não seriam concedidos. Desconhece-se se foi o Presidente que aceitou as exigências, ordenando ao primeiro-ministro e o ministro das Finanças para responderem positivamente, ou se simplesmente lhes endossou a decisão final. ■

Fernando Sousa, com João Ferraz, em Maputo



Missão portuguesa a Moçambique não é "pacífica" PÚBLICO, 1.4.93

## Voluntários, mas pouco

César Camacho

Amanhã, quando for ao Regimento de Transmissões entregar o guião ao batalhão destinado à força da ONU em Moçambique, o general Cerqueira Rocha vai verificar o mal-estar que reina entre o pessoal.

Os sargentos que fazem parte do Batalhão de Transmissões que vai embarcar para Moçambique estão descontentes. Até ontem à tarde pouco ou nada sabiam sobre as condições em que vão actuar. Sentem que está tudo a ser feito de forma muito "ad hoc". A única certeza que dizem ter é a de serem capazes de executar a missão que lhes for encomendada. A que preço é outra coisa.

A preparação da missão começou tarde e a más horas. O efectivo começou a receber

vacinas já fora dos tempos recomendados. O recrutamento dos cerca de 200 elementos especializados em comunicações e informática foi feito em todas as unidades do país. Fizera uma declaração de oferecimento para a missão e foram convocados a Lisboa. Esperava-se que fosse uma convocatória para serem informados sobre o que se esperava deles, qual era a missão e em que condições ia ser executada.

Pelos vistos ainda ninguém sabia ao certo o que informar e de disponíveis para aceitar o desempenho da missão passaram a "capacetes azuis", sem apelo nem agravo. Até agora assistiram a três conferências feitas por elementos da DINFO (serviço secreto das Forças Armadas) sobre a situação político-estratégica de Moçambique, mais uns quantos dados quanto à evolução do processo de paz. Tiveram aulas de inglês e vagas noções de medicina tropical.

As manifestações de mal estar chegaram ao Estado-Maior. Na terça-feira ao fim da tarde, o general Almeida Viana, director da Arma de Transmissões foi lá ao quartel. Explicou pouco, segundo disseram alguns dos interessa-

dos. Disse-lhes que estavam prestes a partir. O general deu a entender que, nesta altura do processo, já não havia lugar a recuos. Ou continuavam voluntários ou o Estado-Maior declarava a nomeação.

O certo é que os primeiros trinta elementos devem embarcar já na segunda-feira. A Rússia vai mandar cá dois dos seus supertransportes Antonov para levar homens e material até ao Maputo e à Beira. No entanto, o desencadear da acção não elimina a insatisfação. Os militares querem saber exactamente qual é o seu estatuto, destacados numa missão que não é igual a nenhuma outra que as Forças Armadas executem fora de área. "Este trabalho em Moçambique não é como ir a manobras ao Sul de Itália".

Os sargentos queixam-se de não ter havido fluxo suficiente de informação quanto às condições em que vão actuar. Dizem que estão preparados para passar privações mas pretendem garantias mínimas, sobretudo no domínio da logística e saúde. Achem estranho que a primeira mensagem chegada aos quartéis a pedir a declaração de oferecimento, há cerca de mês e meio, falasse em prestação de serviço em Moçambique por três meses, renováveis. Dias depois apareceu nova men-

sagem com linguagem diferente: "Seis meses prorrogáveis".

Os militares perceberam perfeitamente a diferença. A renovação do "contrato" tem implícita a aceitação das duas partes - Estado-Maior e voluntários - e a prorrogação depende do livre arbítrio do comando. A juntar a estas preocupações há outra questão. As remunerações. Os sargentos dizem abertamente que "não vale a pena a hierarquia confundir com mercenarismo o que é o desejo legítimo" de serem pagos em função do trabalho e do risco.

Acontece que lhes tinham sido prometidas ajudas de custo a 70 por cento no índice do posto mais alto da missão (tenente-coronel) e agora ficaram a saber que a percentagem é apenas de 50 por cento e relativa a cada posto. Os homens do orçamento do Ministério da Defesa acham que todos vão bem pagos. O mínimo de ajudas de custo, além do soldo regular, equivale a 230 contos e o máximo 300. Na linguagem militar também se diz que "vão abonados de alojamento e alimentação". Mas os militares sabem que vão ser muitos dias a rações de combate e que as tendas de campanha não equivalem propriamente ao hotel Polana. ■

## PAZ NO IMPASSE

SÁBADO, 2-8 4.93

Continuam a surgir informações preocupantes sobre movimentações de homens da RENAMO, fortemente armados.

© TERESA LIMA, em Maputo

As denúncias têm sido efectuadas quer pelas populações das áreas em questão, quer pelo Governo que apresentou já às Nações Unidas 13 notificações sobre violações do Acordo de Roma pela RENAMO. Contudo, o representante do secretário geral da ONU em Moçambique mantém a sua opinião de que "o processo de paz não está ameaçado."

Desde que Afonso Dhlakama deu ordens aos seus representantes em Maputo para não participarem nos trabalhos das comissões onde estão integrados, alegando que "ninguém pode trabalhar de barriga

vazia", que o processo de paz se mantém num impasse.

A esta mornez de passividade histórica, Aldo Ajello, o representante do secretário-geral da ONU em Moçambique vai contrapondo argumentos apaziguadores, vislumbrando progressos no horizonte. Contudo as três comissões criadas no âmbito do Acordo de Roma não se reúnem há três semanas. Tendo em conta, que na agenda estão 13 acusações de violação de cessar-fogo apresentadas pelo Governo moçambicano contra a RENAMO, a situação toma cores preocupantes.

As acusações referem-se a movimentações de fortes contingentes armados de homens da RENAMO, alguns com 1000 efectivos, em várias províncias do Norte, centro e Sul do País. Perante este cenário a Sábado perguntou a Aldo Ajello se o processo de paz não estava ameaçado mas este limitou-se a afirmar que até serem investigadas, as acusações não podem ser encaradas como matéria de preocupação.

No entanto, com a ausência dos representantes da RENAMO nas comissões esse processo está suspenso.

Igualmente em "stand by" se encontra o início da formação de instrutores para o novo exército único em Nyanga, no Zimbábue, ministrado por técnicos militares britânicos. O treino dos primeiros 100 homens deveria ter começado no dia 24 de

Março, mas a RENAMO recusou-se a participar até que arranque o processo de desmobilização de soldados das duas partes.

Este assunto está na lista de prioridades do encontro em Maringué entre Ajello e Dhlakama.

Aldo Ajello negou fazer qualquer analogia com o processo angolano no que se refere a tropas que não foram desmobilizadas e armas que permaneceram nos seus esconderijos.

"Em Angola existiam apenas uns poucos observadores militares, mas em Moçambique vamos ter cinco batalhões de capacetes azuis armados para controlarem e fiscalizarem a implementação do Acordo de Paz" - garantiu tranquilizador o representante de Boutros-Ghali.

A marcar a diferença está também o processo de registo e credenciamento de todo os soldados a serem desmobilizados, 92 mil do exército governamental e 21 mil da RENAMO.

Entretanto, com a presença dos 1200 capacetes italianos, cujo desembarque terminou esta semana, deverá ter início no próximo dia 8 de Abril a retirada das tropas

Continua  
na página 8

# Ajello promove cimeira moçambicana

A CHEGADA a Moçambique dos soldados italianos destacados para a força multinacional de manutenção da paz (ONUMOZ) e os esforços que Aldo Ajello, o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, tem desenvolvido nos últimos dias para a realização da cimeira Chissano-Dhlakama emprestaram ao arrastado processo moçambicano uma relativa expectativa.

Este clima foi, no entanto, ensombrado na terça-feira, com a tentativa de rebelião de antigos militares do corpo da guarda presidencial. Cerca de 1200 elementos estacionados em Magoanine, nos arredores de Maputo, ocuparam a sua antiga uni-

dade e a Casa Militar, na capital. Os envolvidos na «Operação Relâmpago» recusavam-se a aceitar a desmobilização sem verem satisfeitas certas exigências, tais como o pagamento de salários em atraso, o transporte que lhes permita voltar a casa, e também o fornecimento de roupas civis.

Inicialmente, foram detidos 600 revoltosos, mas a procura de outros ainda prossegue. A vida em Maputo, contudo, decorre com normalidade, estando o Chefe de Estado «a cumprir normalmente a sua agenda», segundo fonte oficial.

Por seu lado, os 1030 militares italianos escolhidos para a ONUMOZ já estão em Moçambique e a sua instalação ao longo do «corredor da

Beira» está praticamente concluída. Efectivos de outras nacionalidades, incluindo portugueses, já chegaram ao país ou estão em vias de fazê-lo. Hoje, sábado, deve iniciar-se a retirada dos soldados zimbabueanos que durante quase uma década asseguraram a protecção daquele «corredor».

Ajello viajou na quarta-feira para Maringue, quartel-general da Renamo, onde falou com Afonso Dhlakama. Este apresentou uma lista de alegações ao emissário da ONU, que assegurou ir apresentá-la a Boutros Ghali. No dia seguinte, Ajello avistou-se com Chissano. Os encontros desta semana antecedem uma reunião do Conselho de Segurança da ONU em que será

debatida a situação de Moçambique.

A par destes esforços para a paz, no terreno continuam a registar-se incidentes. No vale do Zambeze, atiradores furtivos mantêm as suas actividades, fazendo várias vítimas. Soldados governamentais, frustrados com os atrasos na aplicação do Acordo Geral de Paz, também semeiam terror em várias localidades. Por outro lado, algumas agências humanitárias ameaçam interromper as suas operações devido ao facto de membros seus terem sido alvo de ataques.

**Refinaldo Chilengue**  
correspondente  
em MAPUTO

## Portugueses duvidam de Moçambique

EXPRESSO, 3.4.93

OS EMPRESÁRIOS portugueses radicados na África do Sul reagiram com um entusiasmo moderado ao convite que lhes foi feito em Joanesburgo pelo presidente da Associação Industrial Portuense para investimentos conjuntos em Moçambique. A situação na África do Sul está difícil, mas algumas das feridas abertas em 1975 ainda não estão cicatrizadas.

Continuação da página 7

### PAZ NO IMPASSE

zimbabueanas que protegiam o Corredor da Beira. Até ao dia 15 de Abril estará em Moçambique o batalhão do Botswana e duas semanas depois de-  
verá chegar o contingente do Uruguai.  
Contudo, desconhece-se ainda a data de arrancada do processo de desmobilização, pois dos 49 pontos de acantonamento foram até ao momento reconhecidos 17, sendo necessário agora o seu apetrechamento em matéria logística.

Desdramatizando a inquietação sentida por todos os moçambicanos pelos atrasos no "calendário da paz", Aldo Ajello argumentou que a estratégia de Napoleão na guerra contra a Rússia, querendo fazer tudo rapidamente, levou à sua derrota frente aos russos.

Todavia e apesar de "optimismos," como este, o processo moçambicano começa a enfermar de perigosas semelhanças com o período pré-eleitoral em Angola. □

«Em África é muito difícil abrir as portas e quebrar o gelo. Vender produtos é fácil, mas constituir empresas e fabricar produtos localmente já é mais complicado», disse Horácio Roque, presidente do Grémio de Empresários de Língua Portuguesa da África Austral, com quem a AI Portuense assinou um protocolo de cooperação.

A comunidade portuguesa residente na África do Sul que, com o seu meio milhão de membros representa cerca de 10 por cento da população branca, tem origem diversa, integrando madeirenses e um número significativo de portugueses vindos de Angola e de Moçambique após a independência.

Esta comunidade está obviamente interessada em encontrar novos pontos de interesse económico. Outra coisa não seria de esperar de empresários que actuam num país que está em «ebulição» e vivem numa cidade onde de hora a hora é roubado um carro e em cada duas horas e meia é assassinada uma pessoa. Mas Moçambique, de onde um número não negligenciável deles saiu, em 1974/75, só a muito custo será encarado como um destino seguro e apetecível para os seus capitais.

Reunidos em Joanesburgo, à mesa do conselho de administração do Bank of Lisbon International (dirigido por Durval Marques e participado pelo grupo Amorim, BNU e BPA), doze dos mais significativos membros da comunidade portuguesa acordaram em estudar a hipótese de investir nos PALOP em conjunto com empresários do Norte. Perguntaram a Ludgero Marques que tipo de apoio a AI Portuense lhes pode conceder e abraçaram com entusiasmo a ideia de participar em futuras missões empresariais a Moçambique.

Todos — empresários portugueses radicados na África do Sul, Mira Amaral, Ludgero Marques e os integrantes na missão organizada pela AI Portuense — estão de acordo no diagnóstico da situação. Os portugueses de-

vem desde já marcar uma posição em Moçambique, sem complexos mas conscientes de que nem tudo será um mar de rosas. «É um país difícil mas em que vale a pena apostar. Estou moderadamente optimista com os resultados da primeira missão que organizámos ao país depois de ter sido assinada a paz. Consolidámos as acções que vínhamos a desenvolver e demos um pequeno passo em frente com a assinatura do protocolo para a criação de uma sociedade de capital de risco», disse ao EXPRESSO o presidente da AI Portuense.

Cardoso e Cunha, que está a desenvolver em Nampula, com Carlos Pinto Leite (Foncar), um investimento no sector algodoeiro (exploração e comercialização de algodão), chamou a atenção, na reunião de avaliação dos resultados da missão empresarial para as dificuldades que defrontam os investidores estrangeiros em Moçambique.

«No discurso das entidades oficiais há muita parra mas pouca uva, verificando-se a ausência de um rumo claro na orientação estratégica do país», disse o ex-comissário europeu, que atribuiu, pelo menos parcialmente, a responsabilidade desta indecisão às dificuldades que as autoridades têm em justificar perante o país a concessão de facilidades ao investimento estrangeiro. Portugal é em Moçambique, desde que em 1985 foi aprovada a nova lei do investimento estrangeiro, o terceiro maior investidor em volume e o primeiro em número de projectos.

Mira Amaral, que se considera um velho «routier» de África, sustentou que Moçambique não era, em seu entender, um lugar onde se pudesse chegar, ver e vencer. «É preciso deixar cá o pé, mas avançar só quando houver condições e a paz estiver definitivamente consolidada».

Jorge Fiel  
enviado a Joanesburgo



NÃO DEIXE DE ASSINAR

NOTÍCIAS AFRICANAS

Uma seleção criteriosa de recortes, precedida de comentários, das principais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e sobre a África Austral publicadas em jornais e revistas.

# Guebuza visita Portugal

## Como salvar Moçambique

PÚBLICO, 5.4.93

Jorge Heitor

Portugal, as Nações Unidas e outras entidades estão a movimentar-se no sentido de solidificar a paz entre os moçambicanos e de lhes poupar mais uma das tragédias em que a África tem sido abundante nestes últimos anos. Mas Chissano e Dhlakama também terão de dar provas da mais absoluta seriedade, não se prestando a golpes baixos.

Salvar Moçambique, a todo o custo, do desastre que Angola sofreu nos últimos seis meses é actualmente uma das prioridades das chancelarias ocidentais, na altura em que se encontra de visita a Portugal o ministro moçambicano dos Transportes e das Comunicações, Armando Emílio Guebuza,

figura-chave da Frelimo.

Adaptar o mais depressa possível, com uma nova calendarização, o Acordo Geral de Paz que, no dia 4 de Outubro de 1992, foi assinado em Roma é o que pretendem agora diplomatas de Portugal, da Itália e dos Estados Unidos, depois de se ter concluído do irrealismo de muitas cláusulas daquele documento.

O cessar-fogo entrou em vigor em meados daquele mês, mas a separação das forças de uma e outra parte — Frelimo e Renamo — e a sua concentração em determinadas zonas de reunião estão a registar um grande atraso. Isto acarreta consigo o perigo de o processo descambar e de as armas voltarem a soar.

O representante especial em Moçambique do secretário-geral da ONU, Aldo Ajello, irá esta semana a Nova Iorque a fim de tratar do reforço do papel que as Nações Unidas decidiram desempenhar naquele país e que engloba o envio de um contingente de oito mil homens, sob a designação de Onumuz.

A par disso, o presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, deverão reunir-se dentro dos pró-

ximos 15 dias, algures em território moçambicano. O objectivo é limar algumas das arestas que têm surgido, nomeadamente no que diz respeito à passagem para a polícia de muitos dos excedentes do Exército da Frelimo.

Só com um maior empenhamento pessoal do sucessor de Samora Machel e do homem que durante longos anos combateu a Frelimo de armas na mão será possível ultrapassar o impasse que se tem verificado desde há longas semanas na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) e nas suas subsidiárias: Comissão de Cessar-Fogo (CCF), Comissão de Reinserção dos Militares Desmobilizados (Core) e Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM).

A Renamo decidiu boicotar o trabalho de tais comissões por entender que as autoridades não lhe garantem em Maputo as condições necessárias para o seu trabalho, desde casas amplas e bem equipadas até veículos e alimentação. E queixa-se da lei que só permite a entrada na polícia de cidadãos que tenham cumprido o serviço militar obrigatório, o que aparentemente beneficia a Frelimo.

### Receio das cidades

Os homens de Afonso Dhlakama, que não serão mais do que 15 mil, mas que controlam pelo menos 50 por cento do território moçambicano, na sua parte rural, parecem ter um certo receio da sua entrada nas cidades e da transformação de uma estrutura de guerrilha em movimento político.

Essa vai ser uma das dificuldades do processo: impedir uma clivagem entre os centros urbanos e "o mato", de modo que os diversos partidos existentes se distribuam de igual modo por todo o Moçambique, não se podendo identificar de forma alguma com determinadas regiões, etnias ou confissões religiosas.

Tudo isso terá de ser tido em conta por quem vai agora, nas próximas semanas, segundo se espera, tratar de uma nova calendarização de tudo o que ficou acordado em Roma e que em muitos casos está ainda por cumprir. Para que não se repita, de modo algum, a precipitação com que Angola foi às urnas, antes de haver desmantelado convenientemente os belicistas do passado e estruturado como devia ser a autêntica dinâmica da paz.

Os efectivos da Frelimo e da Renamo já deveriam estar nesta altura quase todos desmobilizados, sob fiscalização da Onumuz, para dar lugar a um Exército único de 24 mil homens, complementado por quatro mil na Força Aérea e dois mil na Marinha. Mas, na prática, isto ainda mal começa a ser feito, até porque as Nações Unidas se atrasaram muito na concretização das suas actividades em Moçambique, aonde estão pouco a pouco a afluir militares de Itália, Portugal, Japão, Uruguai e outros países.

A ser assim, as eleições legislativas e presidenciais que o acordo de Roma marcou para Outubro deste ano já não vão ser, na melhor das hipóteses, antes de Junho de 1994. E até lá muito haverá a fazer para que a paz não "apodreça" e as armas não voltem a fazer-se ouvir. ■

## Cabo Verde

PÚBLICO, 1.4.93

# Pedro Pires deixa liderança partidária

O SECRETÁRIO-GERAL do PAICV, Pedro Pires, tem vindo a informar as estruturas do partido que não se irá recandidatar à liderança no próximo congresso, marcado para Julho e que, assim, já não será "cabeça de lista" nas próximas eleições legislativas, que deverão ter lugar em 1996. Contudo, esta decisão não significa o seu afastamento definitivo da vida política, uma vez que, segundo o jornal "A Semana", Pedro Pires irá concorrer a um lugar de deputado da Assembleia Nacional.

Por outro lado, fontes próximas do PAICV afirmam que Pedro Pires candidatar-se-á à Presidência da República nessa mesma altura. Confrontado com esta questão, o antigo primeiro-mi-

nistro afirmou ao mesmo jornal que ainda é cedo para se abordar o assunto.

Neste momento, três nomes são tidos como eventuais candidatos a secretário-geral do PAICV: o seu actual presidente do grupo parlamentar, Aristides Lima, o antigo ministro da Educação, Corsino Tolentino, e o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvino da Luz.

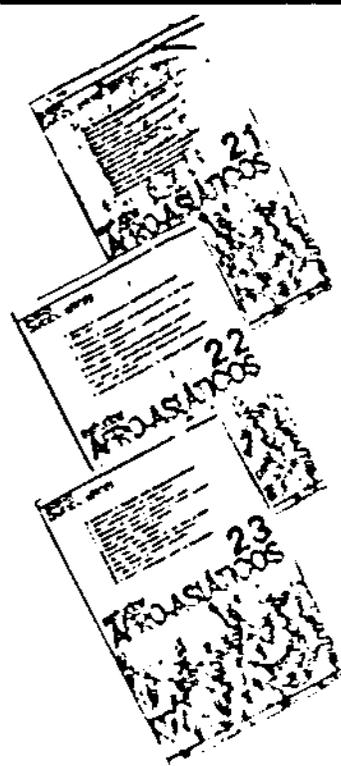
Tendo em conta o prestígio de Pedro Pires junto das bases do PAICV, o processo da sua substituição deverá ser conduzido por ele próprio. Apesar dos rumores de que tem sido pressionado a afastar-se pela ala jovem do seu partido, o antigo governante tem dado a entender que o assunto é pacífico, uma vez que há muito vi-

nha reflectindo sobre essa possibilidade. Com efeito, há quase um ano que ele teria confidenciado a amigos a sua intenção de o fazer, de modo a permitir a renovação do PAICV perante a sociedade cabo-verdiana, que o penalizou nas primeiras eleições legislativas pluralistas de Janeiro de 1991.

Mas os seus adversários também o têm pressionado a afastar-se definitivamente da vida política e o seu nome apareceu ligado a alguns escândalos, como o caso da compra dos aviões Brasília, que, segundo as autoridades da Cidade da Praia, terá envolvido a distribuição de luvas e que se encontra nos tribunais à espera de julgamento.

Por outro lado, sendo 1993 um ano charneira, o PAICV, urge definir a questão da liderança, uma vez que, para muitos sectores do eleitorado cabo-verdiano, Pedro Pires é o principal responsável pelos 15 anos de partido único em Cabo Verde, facto que ninguém parece disposto a esquecer tão cedo. ■

José Vicente Lopes,  
na Cidade da Praia



À VENDA  
NO CEA

## S African forces ring pro-ANC homeland

SOUTH African troops and police ringed a pro-ANC black homeland yesterday in a show of force before South Africa's second attempt to launch multi-party talks on a transition from white rule to democracy, Reuter reports from Cape Town.

Mr Craig Kotze, a police spokesman, said more than 1,000 police and an undisclosed number of soldiers threw a cordon around the south-coast Transkei homeland. "We have to stop attacks on civilians by APLA [Azanian People's Liberation Army] members from Transkei," he said. APLA is the military wing of the black-supremacist Pan Africanist Congress (PAC), one of 26 groups scheduled to meet the government in Johannesburg today and tomorrow for the first substantive democracy talks in more than 10 months.

A PAC spokesman said APLA would continue its armed struggle. The government has accused Transkei of harbouring APLA guerrillas, which it blames for a series of recent attacks on whites.

Mr Romero Daniels, APLA political commissar, denied the group was attacking white civilians but said it regarded police and security forces as legitimate targets.

Major-General Bantu Holomisa, the Transkei's military ruler who has accused white military and political chiefs of planning coups and assassinations against homeland leaders, said he would meet President F W de Klerk today to discuss the crisis.

Government and ANC officials expected a stormy start to the second attempt for a political settlement but

added that both sides were committed to success.

"We cannot afford to have these talks break down. We have to go for broke this time," said one government official.

Mr Mangosuthu Buthelezi, conservative leader of the Inkatha Freedom party, was expected to make a strong pitch for an immediate commitment to federalism.

The PAC and Mr Nelson Mandela's ANC said control of the army would top the agenda at the opening session.

Government officials said they wanted to talk first about violence, including the murder of 10 whites, two of them children, since December and dismantling guerrilla armies.

The peace process stalled last May in a dispute about regional powers and the state's role in black township violence.

FINANCIAL TIMES, 1 4 93

## África do Sul retoma diálogo Começou nova Codesa

FORAM CINZENTAS e de pouco optimismo as primeiras sete horas do novo diálogo multipartido com que a África do Sul está a preparar-se, desde ontem, para realizar no próximo ano as suas primeiras eleições em sistema de plena igualdade para todos os cidadãos.

Falou-se muito de violência e da necessidade de a combater, mas as 26 delegações participantes nem sequer tinham conseguido até ao fim da tarde encontrar um nome para esta nova fase do diálogo, que vem na sequência da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), tentada entre Dezembro de 1991 e Maio do ano passado.

O atrito surgido há dias entre o Presidente Frederik de Klerk e o Governo do Transkei é que foi ontem a grande notícia na imprensa sul-africana, e não o frágil reatar — no World Trade Center de Kempton Park, arre-

PÚBLICO, 2 4 93  
dores de Joanesburgo — de um processo de negociações constitucionais que só hoje se verificará se tem verdadeiramente pernas para andar.

O Presidente, que desde há três anos e meio está determinado a enterrar o apartheid e a dar origem a uma nova África do Sul, sem qualquer discriminação política entre as diferentes etnias, avisou quarta-feira o dirigente do Transkei — general Bantu Holomisa — de que tomará "as medidas apropriadas" se esse território continuar a servir de rampa de lançamento para atentados terroristas.

Em carta dirigida ao general Holomisa, que alguns observadores consideram com hipóteses de vir um dia a ser ministro sul-africano da Defesa, sob a égide do ANC, De Klerk acusa-o de ter facilitado a vida ao Exército de Libertação Popular mantido pelo Congresso Pan-Africano

(PAC).

À primeira vista há aqui uma contradição, pois o ANC condena as actividades violentas do braço armado do PAC, mas pode muito bem acontecer que o general seja afecto à parte mais radical do grupo de Mandela e que feche os olhos a certas actividades desencadeadas a partir do seu território pelos extremistas do "Exército de Libertação".

Na terça-feira a Comissão Goldstone, encarregada de investigar a violência na África do Sul, afirmou que o Transkei tem sido utilizado pelos operacionais do PAC como rampa de lançamento de ataques a brancos e às forças da ordem.

### Acabar com milícias

O Governo de Pretória pediu ontem ao ANC e ao PAC que exerçam um verdadeiro controlo sobre os seus ramos armados, bem como sobre as armas que detêm, pois só assim será possível acabar com a violência no mais desenvolvido país da África Austral.

"A nossa sociedade está a atravessar um processo de destruição" — declarou ontem o ministro da Lei e da Ordem, Herinus Kriel, perante os delegados das 26 organizações políticas e sociais que estão a tentar traçar as grandes linhas de uma Constituição pluri-racial. E o seu colega da Mão-de-Obra, Léon Weesels, que falava em nome do Partido Nacional (desde 1948 no Governo) atacou em especial o PAC, grupo de extrema esquerda que tem particular aceitação entre as franjas mais pobres da sociedade negra, a começar pelos jovens desempregados.

Quanto ao responsável do ANC pelos assuntos internacionais, Thabo Mbeki, atribuiu culpas pela violência a elementos afectos às forças de segurança e, embora sem o mencionar directamente, ao Partido Inkatha, do chefe tradicional zulu Buthelezi.

Depois da sessão plenária de ontem, o diálogo deverá prosseguir a nível da Comissão de Negociações, uma estrutura formada por dois delegados de cada uma das 26 organizações. ■

Jorge Heitor, com Steven Lang em Joanesburgo

## África do Sul sem grandes perspectivas

UMA parte substancial da nação sul-africana considera uma farsa o que se está a verificar entre os partidos políticos, pois nada consubstancia as declarações de optimismo que se têm ouvido quanto ao reatar do processo negocial.

Nem um nome sequer foi possível arranjar para esta nova assembleia de forças políticas e sociais que deverá acabar com a violência e estabelecer as linhas básicas de uma África do Sul verdadeiramente democrática.

Efectuou-se na quinta-feira uma sessão plenária e diversos políticos disseram que está tudo a correr muito bem e que se reatou o espírito da malograda

Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), mas a verdade é que tanto à esquerda como à direita há fricções e que ninguém sabe dizer se os próximos meses serão na verdade muito produtivos.

As divergências entre o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Congresso Pan-Africano (PAC), situado à sua esquerda, e as que separam o Partido Nacional do Partido Conservador, que lhe fica à direita, são alguns dos muitos escolhos que se levantam ao processo negocial que dentro de um ano deveria culminar com a eleição de uma Assembleia Constituinte.

Hoje em dia já não parece

muito difícil o ANC, de Nelson Mandela, conseguir entender-se com o Partido Nacional, de Frederik de Klerk. Mas as franjas mais radicais da população negra poderão deslocar-se do ANC para o PAC, enquanto uma grande parte do eleitorado branco poderá ser tentada pelas teses do Partido Conservador, cavando-se assim os extremismos que poderão ser um perigo para o futuro da África do Sul.

Por outro lado, o Governo prepara-se para transigir com o que sempre tem sido exigido pelo ANC e para reincorporar no território sul-africano as quatro regiões negras a que havia dado uma independência

que a ONU não reconheceu. Mas nem todas estão pelos ajustes e o Bophuthatswana, a que goza de melhores condições económicas, devido ao turismo e ao jogo, ameaça resistir a tal intenção.

Todos estes são problemas que em Abril e Maio dominarão a vida na África do Sul, enquanto delegados de 26 partidos e organizações sociais tratam em ambiente restrito da possível formação dentro de alguns meses de um Conselho Executivo de Transição encarregado de administrar o país até à concretização de eleições.

Dentro de duas semanas poderá haver uma nova sessão plenária de todas as forças que estão a negociar. Mas o povo só acredita quando vir. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

O optimismo regressou à classe política sul-africana, que quebrou onze meses de impasse nas negociações, e o encontro com a democracia está marcado para o fim do século XXI

## A eterna angústia da África do Sul

David Beresford\*  
correspondente  
em JOANESBURGO

OS LÍDERES dos mais de 30 milhões de sul-africanos retomaram, na quinta-feira, com apreensão, as conversações decisivas sobre o futuro constitucional do país, angustiados face à perspectiva de uma guerra racial. E, de facto, depois de terem estado interrompidas durante onze meses, as negociações «tremeram» logo nas primeiras horas devido à hipersensível questão da violência política.

A reunião, que contou com a presença de 26 partidos, desde a extrema-direita aos radicais negros, era apresentada como a tentativa mais ambiciosa de pôr termo ao longo impasse em que caíram as negociações. Mas não se conseguiu ir além de uma declaração genérica que condena a violência político-racial sem avançar com qualquer solução concreta.

O encontro foi marcado por um crescendo de tensão como pano de fundo, que, a poucos dias da sua realização, levou o Presidente De Klerk a mobilizar os militares, para tentar tranquilizar a minoria branca e mostrar que o Governo continua a deter as rédeas do poder. Por seu turno, os líderes políticos negros tentam desesperadamente conter o sentimento de revolta que de novo se faz sentir nas cidades-satélite e que ameaça frustrar o seu empenho num acordo.

No meio desta angústia geral, parece prevalecer um sentimento de urgência, criado pelos últimos incidentes raciais — em que cinco brancos foram assassinados por atiradores negros — e que contribui para dar maior motivação às conversações.

Assim, não obstante a frustração sentida, tanto o Governo como o Congresso Nacional Africano apressaram-se a desdramatizar os resultados da reunião: «O processo negocial está apenas na fase de recomeço», disse o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, enquanto De Klerk afirmava ter sentido um «novo ambiente de entendimento» entre os participantes. Num gesto de boa-vontade, o Presidente sul-africano nomeou, no mesmo dia do encontro, três cidadãos não-brancos para postos ministeriais, o que acontece pela primeira vez na História do país.

Jac Rabie e Abe Williams (mestiços) e Bhadra Ranchod (indiano) passaram a ocupar as

EXPRESSO, 3 4 93

pastas do Desenvolvimento Populacional, do Desporto e do Turismo, respectivamente. Mas não apresentam um passado com muitas credenciais na luta «antiapartheid» e, inclusivamente, sempre receberam muitas críticas da população negra por cooperarem com os governos da minoria branca. Por isso, a atitude de De Klerk não pesa mais do que uma carga meramente simbólica, com o objectivo de encorajar o prosseguimento dos contactos multipartidários.

### Processo sinuoso, mas irreversível

M.s., mesmo que todas as tentativas sejam bem sucedi-

das, os principais dirigentes políticos empenhados no diálogo estão conscientes de este ser somente o início de um caminho complexo e cheio de armadilhas, para colocar a África do Sul na via da reforma constitucional, com a consequente emancipação da maioria negra.

O processo de negociações acumula já um passado de muitos altos e baixos, mas ganhou um carácter irreversível e coloca hoje em muito melhores condições a África do Sul na perseguição de um acordo pacífico, relativamente àquelas que se viviam antes da «revolução de De Klerk» ter arrancado.

Superficialmente, os marcos fundamentais foram cravados pelo fórum nacional criado para o diálogo — a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa) — que se reuniu duas vezes, a primeira das quais em Dezembro de 1991, e que é uma espécie de pioneiro da reunião desta quinta-feira e de muitas outras que ainda se deverão realizar.

Mas as reuniões da Codesa são apenas a parte visível de autênticas maratonas negociais que, em grande parte, se desenrolaram por meio de contactos bilaterais à porta fechada entre os dirigentes do ANC e os membros do Executivo. Foi nestas reuniões secretas que se elaborou o esboço de um acordo final, para o qual Nelson Mandela e Frederick De Klerk esperam conseguir a aprovação das organizações políticas que se encontraram esta semana.

Em princípio, quando for obtida uma plataforma mínima de consenso entre as partes será convocada a CODESA III, com o objectivo de se fixar um plano de acção calendarizado (ver texto nesta página).

O percurso é sinuoso, cheio de «ses» e «mas», e com certeza conhecerá novos impasses. Mas apresenta pelo menos um cenário possível para o avanço, há muito esperado, da libertação da África do Sul.

\* com Sérgio Figueiredo

## Até ao ano 2000

**ABRIL/MAIO** — O Parlamento aprova legislação para a criação de uma Comissão Executiva Transitória (TEC) e uma série de subcomissões, que deverão garantir igualdade de oportunidades para a realização das primeiras eleições gerais não raciais do país. A TEC, que terá representação pluripartidária, entrará em funcionamento em Junho. Ainda não estão definidas as competências exactas da TEC e das suas subcomissões. O ANC pretende que a TEC tenha uma competência executiva — particularmente no que se refere ao controlo das forças de segurança — pelo menos em questões relativas às eleições. O Governo insiste em que a TEC seja um mero órgão consultivo.

**SETEMBRO/DEZEMBRO** — O actual Parlamento tricameral aprovará uma Constituição não racial para o Governo de transição, prevendo eleições directas e universais e a criação de uma Assembleia Constituinte.

**JANEIRO/ABRIL DE 1994** — Serão realizadas eleições não raciais para a Assembleia Constituinte, a qual funcionará como um «órgão de elaboração da Constituição» e como um novo Parlamento da África do Sul. Há divergências substanciais entre os partidos quanto à estrutura da Assembleia Constituinte e até que ponto se guiará por «princípios» previamente estabelecidos em conversações pluripartidárias — particularmente no que respeita à questão central sobre se a «nova» África do Sul será um Estado unitário ou federal.

**1994/1999** — Administração de um «Governo de transição de unidade nacional» constituído por partidos que obtenham uma representação (ainda por fixar) no Parlamento. É provável que o limite mínimo se situe nos 5, 10 ou 15 por cento dos lugares. Estão por definir a estrutura e competências deste Governo de coligação: o ANC insiste num presidente executivo cuja acção não possa ser obstruída por vetos da minoria, mas está disposto a ceder a requerimentos apresentados por uma maioria qualificada de dois terços num Gabinete pluripartidário sobre assuntos «específicos»; o Governo prefere uma presidência constitucional e um processo de tomada de decisões por consenso.

**2000** — Governo da maioria.

vozes em português

Carlos Lopes\*

## Guiné-Bissau, Gâmbia, Casamansa: historicidades cruzadas

PÚBLICO, 4.4.93

**A**s recentes eleições senegalesas são o último episódio de uma tormentosa vida política naquele que é, por muitos, considerado o exemplo da democracia em África. Na realidade, nunca entendi porque assim se pensava, ou se pensa, se tomarmos em consideração os padrões de credibilidade que os países ocidentais aplicam a outros territórios do continente. Mas, enfim... o que gostaria de aqui abordar é o facto de estas eleições terem sido uma oportunidade para exacerbar o conflito de Casamansa.

Aquela província do Sul do Senegal, encravada entre a Guiné-Bissau e a Gâmbia, era teoricamente território português até à convenção luso-francesa de 1886. Essa convenção, que pôs em prática as recomendações da Conferência de Berlim, realizada apenas alguns anos antes, seguia-se a difíceis negociações entre franceses e britânicos para a delimitação dos direitos territoriais no que, depois, viria a ser o país Gâmbia.

Na Casamansa de 1993, tal como na Gâmbia dos anos 80, existe muita agitação política em relação à influência tentacular dos vizinhos do Norte, os wolof, e a sua poderosa Dacar. É, pois, curioso constatar que os portugueses têm algo a ver com o que hoje se passa nesta parte ocidental da costa africana.

Antes de mais é preciso recordar que os territórios entre os rios Gâmbia a norte, e Corubal e Nunez (mais um português) a sul, constituem um subconjunto ecológico de terras de segmentação recente, regadas por numerosos rios, muitos dos quais de água salgada, numa planície com vegetação de savana. Devido às características deste ecossistema, os habitantes destas regiões desenvolvem determinadas culturas, a mais importante das quais o arroz.

Não é pois surpreendente que esses mesmos povos tenham muito em comum, para além das culturas. Tal inclui, entre outras coisas, a maneira de vestir, a economia, a cultura, línguas do mesmo subgrupo e, obviamente, uma história comum.

Durante cerca de cinco séculos, tantos como os da presença colonial, esta zona foi cenário de um poder territorial integrador, a que hoje chamaríamos Estado confederal, que dava pelo nome de Kaabú, Cabo ou Gabú. Este poder de dominação mandinga, mas integrando elementos de vários grupos étnicos, cimentou as relações no que hoje é a Gâmbia, a Casamansa e a Guiné-Bissau. O Kaabú foi destruído em 1867, no quadro de campanhas de desarticulação dos poderes africanos, para permitir o controlo territorial europeu no interior do sertão. Esta zona que servia de acesso ao comércio transatlântico era disputada, na época, pelas mesmas três potências que viriam a dividir entre si o património do Kaabú.

Será que nos dias de hoje alguém se lembra desta historicidade?

Qualquer manual didáctico de história da Gâmbia, Senegal ou Guiné-Bissau reclama fortemente a herança do Kaabú. Mas nenhum vai ao ponto de considerar esta interpretação histórica co-

mo decisiva na formação dos Estados actuais. É que torna-se evidente que a legitimidade destes Estados advém mais da presença administrativa portuguesa, francesa ou britânica e das delimitações territoriais que estes promoveram.

Assim sendo, nenhum destes Estados está interessado em insistir em convergências históricas que minam a sua existência: o Senegal porque teria de reconhecer a luta histórica entre etnias do Sul, animistas ou de islamismo não controlado e os wolof do Norte; a Gâmbia porque as raízes da sua existência actual são o contrabando num país que é constituído pelas duas margens de um rio (caso único no mundo); e a Guiné-Bissau porque o movimento de libertação nacional é o produto da antítese colonial portuguesa e não de uma historicidade endógena. De reparar que no caso da Guiné-Bissau isso explica a relação — crioula — com Cabo Verde, em vez de aceitar os apelos de integração do Norte, e mais paradoxal, do Sul também.

No meio disto tudo, a tentativa de golpe de Estado na Gâmbia, protagonizada por Kukoi Sanyang há anos, foi um alerta ao que o futuro nos reserva. Não é por acaso que, na sequência deste fracasso, com a fuga dos golpistas para a Guiné-Bissau (!), se fez e depois se desfez a Confederação da Senegâmbia.

A presente situação na Casamansa é o alerta mais recente. Os habitantes desta província senegalesa não encaixam em nenhuma das lógicas de Estado que apresentávamos. Eles são os "laissez-pour compte"! A frustração por não poder reconhecer-se em nenhum dos cenários provoca combustível para uma resistência que, com certeza, não vai desaparecer rapidamente.

As historicidades cruzadas desta ponta do continente não são, de maneira nenhuma, caso raro em África. A particularidade de estarmos a lidar com territórios minúsculos deveria, no entanto, constituir razão lógica para a integração e osmoee. Mas vários factores contribuem para que isso não aconteça, o mais importante dos quais é a distração dos políticos, no poder ou na oposição. A febre do poder é tal que ninguém consegue articular o que se pode apelar de interesses económicos, ou racionais.

A zona entre o Gâmbia e o Corubal e Nunez tem muito mais em comum que muitas comunidades económicas existentes ou em formação. Pode-se mesmo afirmar que tem mais em comum do que certos países... como o Senegal. Até tem duas línguas francas profundamente enraizadas: o crioulo e o mandinga.

Os "contrabandistas" que continuam a usar os mesmos circuitos comerciais, desde o século XII, até acham que estão no mesmo território e nunca perceberam para que servem as alfândegas. Dos dois lados de cada fronteira têm familiares, falam as mesmas línguas e têm a mesma percepção de uma harmonia religiosa de predominância animista (o que os contrasta simbolicamente com os habitantes do Norte e do Sul).

Será que estão no mesmo país? ■

\* sociólogo guineense

## O fôlego zulu

EXPRESSO, 3.4.93

O LÍDER zulu, Mangosuthu Buthelezi, recebeu na terça-feira uma entusiástica ovação dos membros do Parlamento do seu bantustão, talvez aliviados por terem conseguido sobreviver ao maior exemplo de verborreia política alguma vez registado.

A «oração» eclipsou o anterior record do mundo de discursos mais longos — uma agora patética maratona de 46 horas e 10 minutos, debitada por dois irlandeses do University College de Dublin, em 1990. No «Guinness», este exercício de propaganda irlandesa foi classificado como uma alocução de «fim de banquete».

Buthelezi começara a falar há quase três semanas e, ao fim de seis dias e 145 páginas, anunciou finalmente aos seus estupefactos deputados: «Agora que terminei a parte

introdutória, torna-se necessário analisar com profundidade...»

Na terça-feira, todos compreenderam que a declaração do chefe zulu não fora um exagero. A contagem final deu 427 páginas de um discurso que levou 18 dias a ser pronunciado (a relativa lentidão deveu-se a atrasos na tradução de passagens em língua zulu para inglês e vice-versa).

Quando o pessoal dos jornais, em toda a África da Sul, chegou às redacções, na primeira segunda-feira após o início da épica intervenção, teve de se agarrar com mãos e pés para não escorregar nas torrentes de papel de fax que se espalhavam pelo chão. Os funcionários da Assembleia legislativa do Kwazulu haviam transmitido fielmente todas as palavras do líder, para

benefício espiritual das massas.

Angustiados, os editores ponderaram se deviam ou não desligar as máquinas — atendendo ao elevado custo do papel de fax —, mas receram que, no meio de tanta verborreia, pudesse haver algo digno de atenção. Na noite da passada terça-feira, os jornalistas ainda não tinham conseguido apurar se o discurso continha alguma mensagem importante.

O chefe zulu concluiu o discurso com um solene aviso à África do Sul. Referindo-se ao reinício das negociações constitucionais, afirmou: «Esta assembleia será uma estrutura permanente num ordenamento democrático.»

D. B.

PRIMEIRO-MINISTRO COSTA ALEGRE

# S. TOMÉ E PRÍNCIPE É UM PAÍS VIÁVEL

SÁBADO, 2-8-93

A melhoria do nível de vida dos são-tomenses será atingida, em termos significativos, dentro de quatro anos, afirmou em entrevista à SÁBADO o eng.º Norberto da Costa Alegre, Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, que terminou em Lisboa uma digressão que o levou aos Estados Unidos, Alemanha e Itália. Costa Alegre não tem dúvidas de que, apesar da insularidade e da pequena dimensão, S. Tomé é um país viável.

© HANDEL DE OLIVEIRA (Texto) MARCOS BORGIA (Fotos)

**S**ábado - Como caracteriza a situação política e económica de São Tomé e Príncipe?

Norberto da Costa Alegre - A actual situação enquadra-se num conceito muito específico e está profundamente ligada à história recente do país, sobretudo nos domínios político e económico.

Em termos políticos procedemos a uma profunda transformação que não se limitou a termos posto fim a um regime monopartidário para entrarmos num regime pluripartidário. É mais do que isso.

- Em que termos?

- É uma experiência que se tenta num país africano, de expressão portuguesa, com características muito específicas, muito pequeno e onde houve uma transição pacífica. A mudança fez-se dum regime para o outro sem quaisquer convulsões, sem quaisquer obstáculos. A nossa experiência demonstra o profundo respeito que temos pelas regras democráticas, pois se é verdade que nós, o partido no poder, o PCD - Partido da Convergência Democrática ganhámos as eleições legislativas, em 1990, também é verdade que a oposição ganhou as autárquicas, em Dezembro de 92.

Este quadro político e a importância que lhe atribuímos é para nós muito importante e gostaríamos de o partilhar com os nossos parceiros a nível internacional.

- E o que se passa com a economia?

- Sob o ponto de vista económico, trata-se de um período muito delicado para a economia são-tomense que, neste ponto de vista, não se distingue das restantes economias africanas, marcadas por uma degradação contínua dos termos de troca durante a década de 80. Infelizmente não conseguiram ultrapassar as suas limitações em termos de encontrar mercados potenciais, que assegurassem uma evolução positiva das economias naquele período e, em consequência disso, viram-se cada vez mais e mais encurralados num processo que tem conduzido progressivamente a um Programa de Ajustamento Estrutural - PAE.

- E especificamente São Tomé...

- O nosso começou em 87 e foi até 89, o primeiro. O segundo começou em 90 e devia terminar em 92. Está um pouco atrasado, por uma série de razões que se prendem com as transformações políticas.

O ano de 90 foi praticamente um ano perdido em termos económicos, embora em termos políticos tenha sido muito importante porque permitiu a mudança.

Os resultados positivos que obtivemos em termos de estabilização e em termos de redução da inflação, ficou abaixo da que estava inicialmente prevista para 92, de acordo com avaliações conjuntas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Africano de Desenvolvimento.

- E qual foi a inflação?

- Pensava-se que se atingisse os 31 por cento e ficámos apenas nos 27 por cento. O mesmo se passou em termos de *deficit* orçamental, onde conseguimos um *superavit* nas despesas correntes. Igualmente houve significativa melhoria no sector cambial, onde o mercado paralelo foi absorvido pelo oficial.

Hoje podemos dizer que estão a reunir-se os pressupostos absolutamente indispensáveis para que se desencadeie o processo de desenvolvimento. A preocupação central agora é esta.

- Terminou aqui em Lisboa, uma digressão que o levou aos Estados Unidos, à Alemanha e à Itália. Esta viagem integra-se nessa preocupação de desenvolvimento?

- Exactamente. Pelo facto de não termos, sozinhos, meios próprios para levarmos a cabo essa alteração significativa, sentimos a necessidade de partilhar com os nossos parceiros internacionais esses resultados, e de ouvir o que poderá ser a participação de cada um deles, os passos que estão dispostos a realizar, quer em termos estruturais, quer em apoio a projectos de desenvolvimento, para permitir que essa acção e o atendimento aos problemas sociais se faça da forma mais rápida e coerente.

- E como?

- Nós não temos tradição empresarial.

Nunca tivemos empresários.

Por isso temos de apoiar o surgimento desse empresariado. Temos de motivar pessoas que hoje fazem outras coisas para que elas se interessem e se disponham a entrar nesta nova aventura. O desenvolvimento não virá por si. Temos que criar os mecanismos que conduzirão ao seu aparecimento, daí a necessidade do auxílio e da experiência do exterior.

- O que se passa concretamente na agricultura, que foi sempre um sector importante da economia do seu país?

- O sector privado são-tomense, ao longo dos anos, sobretudo após a independência, têm-se resumido só ao sector comercial. E isto porque a terra, que representava 93 por cento do território pertencia às grandes companhias. Após a independência ela foi toda nacionalizada. A sua desnacionalização não contribuiu para que ressurgissem agricultores. Nós, ao longo da história, nunca tivemos agricultores ou campesinato e continuámos a ter assalariados agrícolas.

- Como é possível contornar essa dificuldade "histórica"?

- Com a Reforma Agrária que pusemos em curso. O objectivo é exactamente o de fazer surgir essa classe empresarial. É mais difícil do que termos apenas de motivá-la. Mas ela já começa a aparecer.

Temos, por exemplo, um grupo de 80 agricultores - a que foram alargadas em Fevereiro último as áreas de explorações concedidas -, que se dedicam sobretudo a produzir culturas hortícolas e que vão começar agora algumas culturas anuais. Será o primeiro passo para iniciar a exploração pecuária.

- Está convencido que, apesar da insularidade e das reduzidas dimensões, São Tomé e Príncipe é um país viável?

- Esse problema tem vindo a ser várias vezes levantado e talvez a resposta não deva ser só, é ou não é. Felizmente que na década de 90 há já muitos estudos relativos às economias de pequenas ilhas. É um facto que S. Tomé e Príncipe não tem vindo a ser objecto de atenção aturada, quer por parte de países amigos, quer por parte de instituições internacionais.

Podemos, de qualquer modo, socorrer-nos de trabalhos que têm vindo a ser feitos noutras partes do mundo, para entendermos os constrangimentos muito específicos que um país como S. Tomé e Príncipe pequeno, isolado geograficamente, com sérias limitações de ordem técnica, científica e cultural se confronta, quando se esforça para o desenvolvimento.

Continua na página 14

Continuação da página 13

# S. TOMÉ E PRÍNCIPE É UM PAÍS VIÁVEL

- Um mar de rosas ou um rosário de dificuldades em perspectiva?

- Eu não tenho dúvida de que o país é viável. Temos um país que é extremamente rico em termos de riqueza do solo por um lado, riqueza hídrica e hidroenergética, e por outro com extraordinárias potencialidades naturais, para um turismo de qualidade, uma excelente localização geográfica, que o potencia também para a prestação de serviços. Há no entanto esforços que têm de ser desenvolvidos em termos de estruturas, em termos estruturais. E a questão está em que esses esforços têm custos que, dia a dia, se tornam mais elevados, e há que fazê-los quanto antes. Estamos a fazê-los e os trabalhos em curso darão frutos concretos no final desta década. Não tenho dúvidas de que a melhoria dos são-tomenses em termos significativos de nível de vida será atingida até essa altura, ou seja nos próximos quatro anos.

- Que resultados concretos teve a sua ida aos Estados Unidos?

- Antes do mais a compreensão e o acordo das instituições internacionais relativos a essa nossa visão de que deveria haver uma mudança qualitativa nos programas e no relacionamento com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Com as autoridades americanas, embora se esteja num período de mudança, na medida em que o sector de África ainda não está completamente

adaptado à nova administração Clinton, os contactos foram claros no sentido de que elas continuam dispostas a apoiar-nos nos esforços de desenvolvimento e reestruturação, assim como na consolidação do processo democrático.

- Na Itália do que tratou?

- O cerne do problema foi a questão da dívida, no sentido de uma situação bastante irregular que se verificou com o anterior regime são-tomense e que consistiu na aquisição de umas casas pré-fabricadas a uma empresa privada italiana, à qual se tinham associado responsáveis de S. Tomé. Para resolver este problema era indispensável a intervenção das autoridades italianas e obtivemos a garantia de que tal vai acontecer.

- Na Alemanha o que se passou?

- Na Alemanha foi essencialmente o relançamento da cooperação e também aí tivemos o acordo das autoridades, a expressão da sua disponibilidade de continuar a participar nos projectos de desenvolvimento.

- E, finalmente, em Portugal, o que aconteceu?

- Encontrei-me com o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, com quem discuti os aspectos essenciais da cooperação com S.

Tomé e Príncipe, aquilo que poderia ser objecto de atenção quanto a um possível reforço. Foi reafirmada a completa disponibilidade do Governo português em responder às preocupações do meu país, sempre na perspectiva de reforçarmos essa cooperação.

- Actualmente sobre que áreas incide essa cooperação?

- Começaria por destacar o sector da formação e da educação, que para nós é de extrema importância. No domínio agrícola, para além da cooperação que tem vindo a ser estabelecida com o Ministério da Agricultura há também a participação de técnicos portugueses no processo da Reforma Agrária de S. Tomé e Príncipe, através de organizações internacionais. Na área da Comunicação Social também se regista uma cooperação privilegiada, como se comprova com a televisão são-tomense, resultante do apoio de Portugal e esperamos que essa cooperação também se alargue ao sector da Rádio.

Outra área é o apoio da reestruturação do sistema económico, particularmente o sistema financeiro, que tem contado com o apoio do Banco de Portugal e do Ministério das Finanças. □

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEEA, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Riquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto e Rodilson Gonçalves de Sá. - Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. - Tel. (021)531-2636 e 531-2000/R. 259, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 - We ask for exchange

UNIVERSITY OF TORONTO  
PRIVATE BAG X-17  
TORONTO, ONTARIO  
M5S 1A5  
CANADA

IMPRESSO

# NOTÍCIAS AFRICANAS

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 19 A 25 DE ABRIL DE 1993

## MOÇAMBIQUE

### País sufocado dificulta avanço da economia de mercado

Diante das imensas dificuldades e carências, o ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Êmílio Guebuza – que para alguns é o mais poderoso ministro de Joaquim Chissano, enquanto para integrantes da Renamo representa a linha dura, racista, chauvinista e corrupta da Frelimo – reconhece que o investimento público é insuficiente para incrementar o desenvolvimento. Convoca, então, a iniciativa privada para tamanha empresa.

Os cinco maiores investidores na economia do país são, na ordem, Grã-Bretanha, África do Sul, Portugal, Estados Unidos, Holanda, Espanha e Brasil. Para o capital desses países, Moçambique abre oportunidades de investimento e exploração de matérias-primas, produtos industriais, minerais e agrícolas para exportação. O país apresenta outras potencialidades para o capitalismo: recursos energéticos, silvicultura, pesca, agricultura, transportes (principalmente o ferroporário). Para o setor agrícola (a base da economia são culturas alimentares) não sabemos da existência de planos ou recursos que visem reestruturá-lo.

O quadro geral é catastrófico. A rede viária, transportes, educação, saúde estão em estado precário. Com as condições reinantes no país, a grande percentagem de jovens e desempregados torna conjuntamente o preço da mão-de-obra extremamente baixo. Outro atrativo para o capital é a situação geográfica. Seus portos e estradas-de-ferro constituem um complexo de comunicações estratégico e regionalmente importantíssimo: o corredor da Beira, entre o Zimbábue e o Oceano Índico; o corredor de Nacala, imprescindível para o Malawi; e o corredor de Limpopo, interligando Maputo à fronteira da África do Sul.

A economia moçambicana sobrevive anemicamente. O processo de acumulação de capital é inconsistente e largamente baseado no jogo de influências, na apropriação sem escrúpulo dos meios do Estado (e das empresas estatais) e da super-exploração da mão-de-obra. A classe capitalista é bastante dependente de políticas protetoras e de crédito. O desemprego abrange cerca de 50% da população economicamente ativa (que é predominantemente rural). A fração de consumidores talvez se limite em um quinto dos 16 milhões de habitantes. Destes, a maioria sofre e aguarda a ajuda externa a fundo perdido para

programas que aliviem a miséria imediata. Submetido às diretrizes do FMI, Banco Mundial e às necessárias ajudas internacionais, o país mergulha para o futuro com as mãos e pés atados à economia de mercado.

Para os verdadeiros gestores da economia moçambicana o fundamental é que haja o saneamento financeiro, o incremento das exportações, a abertura ao capital internacional, a redução do desequilíbrio da balança de pagamentos, a desvalorização da moeda, a liberalização dos preços, as reduções da intervenção do Estado na economia, da despesa pública e do número de empregos no setor público. Esses objetivos, que demarcam a vitória das “leis do mercado” sobre o “planejamento”, tiveram início com medidas concretas a partir do PRE (Programa de Recuperação Econômica, 1987-1989).

O PRE dinamizou a produção agrícola e industrial e os transportes. Mas também agravou o déficit da balança de pagamentos, a pobreza, o desemprego e o funcionamento dos setores da saúde e da educação. Hoje, cerca de 2/3 da população podem estar próximos da pobreza absoluta. O Programa de Recuperação Econômica e Social, lançado em 1989, busca amenizar os efeitos socialmente catastróficos das medidas de reajustamento estrutural. Mas, as linhas gerais de liberalização da economia continuam produzindo alguns êxitos setoriais e crescente diferenciação social.

Nesse quadro, as cidades produzem situações explosivas em termos demográficos, sociais e criminais. São espaços que mais e freqüentemente absorvem camponeses, operários repatriados, desempregados, desmobilizados e mutilados de guerra. Parte dos milhões de refugiados tendem a regressar “absolutamente sem nada” em busca de reintegração. E muitos pensam que terão maior proteção nas cidades.

Nessas condições, o mercado interno se constitui violenta e precariamente. O capital comercial parece ter primazia sobre o capital industrial. É, portanto, mais fácil e lucrativo “vender produtos do que constituir empresas e fabricar localmente”. Assim, assiste-se ao surgimento de vários contrastes: garotos suplicantes de esmolas e a proliferação da mania dos carros de luxo.

#### Corrupção leva a motim

Apesar de não haver grandes violações do cessar-fogo, cada vez mais a presença dos “operários civis” se torna indigestível. A desmobilização e o acantonamento de cerca de 85 mil combatentes do governo e 15 mil da Renamo serão um enorme passo para se estabelecer um calendário mais compatível com a realidade do país. Depois, somente com a formação do exército único poderão ser realizadas as eleições gerais.

O que alimenta expectativas é que há grande descontentamento no seio do exército regular. Há algumas semanas o motim de cerca de 1.200 militares desmobilizados reivindicando pagamentos atrasados, roupa civil, garantias de emprego, apoio para estudarem e se reintegrarem deixou claro que também estão revoltados com as atuais autoridades. No fundo, a falta de pagamentos salariais dos militares e de subsídios para os desmobilizados pode ser devido a verbas que desde alguns anos estavam sendo desviadas. A corrupção e a falta de recursos é crescente no país. Por sua vez, para a devida aplicação das cláusulas do acordo de paz, passando pela constituição do frágil quadro pluripartidário e pelo avanço voraz da economia de mercado, dólares e metais são necessários para tudo.

#### NESTA EDIÇÃO

##### ÁFRICA:

- O ano da esperança perdida (Pág. 3)
- “Mister África” (Pág. 4)

##### MOÇAMBIQUE:

- “Acordo secreto” perturba Moçambique (Pág. 4)
- A procura do motor de arranque (Pág. 5)
- Entrevista com Armando Guebuza (Pág. 7)
- Desmobilizados amotinam-se (Pág. 8)

##### ÁFRICA DO SUL:

- Bophuthatswana diz não (Pág. 8)
- Protesto volta a conflagrar África do Sul (Pág. 9)
- Sul-africanos querem apressar a transição (Pág. 9)

##### ANGOLA:

- Angola volta a Abidjan (Pág. 10)
- Entrevista de Carlos Morgado (Pág. 11)

##### GUINÉ-BISSAU:

- Novo tiroteio em Bissau (Pág. 4)

Edson Borges

## ÁFRICA DO SUL

## Atentado aponta para radicalização e aprofunda crise

Antecipação imediata das eleições previstas para o próximo ano: essa é a proposta do ANC para superar o caudal de violência provocado pelo assassinato do líder Chris Hani. Vários sul-africanos já morreram e muitos outros saíram feridos nas manifestações de protesto contra o atentado. O quadro é desolador e aponta o aparente esgotamento das opções pacíficas na África do Sul. O aprofundamento da crise tem como efeito imediato a interrupção das negociações visando à definição do calendário da transição política. Exatamente no momento em que as reuniões teriam efeito deliberativo, aconteceu o atentado.

A proposta do ANC, se significa abandonar o gradualismo defendido pelo governo De Klerk, parece ser a única capaz de evitar o inteiro colapso da África do Sul. É necessário salientar a coerência do ANC. Mesmo nas negociações de paz, essa proposta já era defendida. No entanto, tanto antes quanto agora, a receptividade não tem sido muito grande, pois é generalizado o temor do cacife eleitoral do ANC. Todas as pesquisas realizadas apontam a vitória esmagadora de Mandela: inegavelmente, o contexto atual, no qual impera o mais absoluto acirramento, favorece amplamente o ANC na eventualidade de uma disputa eleitoral.

O atentado. São comuns as especulações acerca de como foi articulado o atentado. Alguns acreditam numa ação organizada da extrema-direita, com o apoio do partido conservador. Outros creem na ação isolada do assassino. Na verdade, o atentado é um indicador de como se processa a vida política na África do Sul. É típico no país a utilização de métodos violentos. A violência é banalizada ao extremo, integra o cotidiano da política sul-africana. Podemos considerá-la um legado - pérfido - do período em que o *apartheid* era institucionalmente aplicado.

Para o ANC, o momento é delicado, de difícil gestão. A movimentação de suas bases aponta para a radicalização. A postura moderada até agora esposada pela cúpula do ANC é incompatível com a violência empregada pelos seus seguidores. É importante para a África do Sul a manutenção da capacidade de arregimentação e controle exercida pelo ANC sobre os seus adeptos. Para preservá-la, é necessário existir harmonia entre base e cúpula. Portanto, é quase inevitável uma radicalização do discurso dos dirigentes do ANC.

Os aspectos políticos da crise. A crise política experimentada pela África do Sul é encarada pela quase totalidade dos analistas como resultado das divisões raciais existentes no país. Por outras palavras, a crise

política é pensada sempre na perspectiva da oposição brancos e negros. A causa dos confrontos seria a vigência de uma ordem social absolutamente iníqua para com os negros: o *apartheid*. Este, admite-se, foi paulatinamente demolido com o advento do governo De Klerk. No entanto, o desenho político atual do país é compreendido como diretamente marcado pelo regime segregacionista do *apartheid*. Dessa forma, verifica-se ainda a manutenção de um governo de minoria branca. Enfim, todos os ingredientes assinalam uma sociedade cujo eixo refere unicamente a questão racial.

Tal tipo de análise ignora alguns aspectos importantes da crise sul-africana, os quais sugerem que ela não se explica tão somente pelos fatores raciais. A evolução da crise na África do Sul mostra a população negra da etnia xhosa dividida entre as opções políticas representadas pelo ANC e PAC. Ora, é sabido, o PAC significa uma alternativa à esquerda do ANC. Portanto, existe uma variável política atuando.

Uma interpretação política, e não apenas racial, da crise sul-africana é verossímil. O que, evidentemente, não implica a necessária exclusão dos ingredientes raciais da crise.

Roquinaldo Amaral Ferreira

## ANGOLA

## O penoso processo das negociações

Reunidos desde 12 de abril em Abidjan, as delegações do governo e da Unita ainda não chegaram a um resultado concreto. O governo propõe um cessar-fogo duradouro, enquanto a Unita quer limitar a medida a uma simples trégua.

Foi muito louvada a atitude da delegação governamental de, num prazo de 24 horas, ter-se deslocado a Luanda e voltado com o apoio do presidente José Eduardo dos Santos ao prosseguimento das negociações. Isso porque, nessa altura, os militares das duas delegações admitiam interromper as negociações de paz para retomá-las em data posterior. Talvez para que cada um dos lados procurasse, nesse intervalo, novos trunfos de ações militares a serem colocados na balança das negociações.

Essa atitude da ação militar transparece sempre nas declarações do general João de Mattos, Chefe do Estado Maior das FAA, o exército governamental. Ainda no dia 8 passado, o general repetia que civis e militares deveriam se preparar "para uma guerra de longa duração". Essa frase, dita em plena fase de negociações, soou como demonstração de força e, em consequência, de pressão sobre a Unita para aceitar um cessar-fogo. Mais ainda: o "permanente" porta-voz do exército fez essa declaração na cerimônia de posse de vários generais em postos do Estado Maior, seis dos quais haviam abandonado a Unita.

No entanto, a primazia das ações de força não é do governo, mas da Unita. Ela é acusada do recrudescimento da guerra nesses últimos dias pelas ações levadas a cabo em três capitais de província - Luena, Kuito e Menongue - e por ter alvejado duas aeronaves de organismos internacionais - uma do Alto Comissariado para os Refugiados e outra do Programa Alimentar Mundial -, o que lhe causou ainda mais sérias reprimendas diplomáticas.

Não houve vítimas nos dois acidentes mas aumentou ainda mais o descrédito da Unita quanto à sua posição em favor da paz. Entre os diplomatas que acompanham as negociações predomina a desilusão pela forma como a Unita tem mostrado "posi-

## Gerald Bender à frente da política africana dos EUA

A recente nomeação do professor Gerald Bender para o cargo de subsecretário de Estado para África indica que o presidente Clinton pretende ter uma nova política para o continente. Ele se afastará assim da abordagem globalista típica da era Kissinger e adotada tanto pelo governo Reagan quanto pelo seu sucessor Bush.

Gerald Bender é um dos veteranos africanistas norte-americanos. No início dos anos 60, na primeira de mais de 20 viagens que fez a Angola, ele conseguiu contactar as pequenas estruturas clandestinas do MPLA em Luanda. Prosseguiu suas pesquisas e, quase 15 anos depois, publicou *Angola sob o domínio português; mito e realidade* (tradução da editora portuguesa Sá da Costa), livro obrigatório para quem deseje compreender o singular processo histórico africano. Aí se encontra a análise mais desmanteladora que conhecemos de luso-tropicalismo de Gilberto Freyre aplicado à África.

O conhecimento que Bender possui da complexa realidade angolana, refinado pe-

ções de inflexibilidade e algumas delas contraditórias" no decorrer da primeira semana de debates.

Apesar de tudo, o esforço de negociações prossegue. O representante americano, Jeffrey Davidow, tem sido o mais esforçado em procurar levar a Unita a posições conciliatórias. O chefe militar da delegação governamental, general Higino Carneiro, continua sendo o "porta-voz da paz" e afirmou que o governo acredita ainda na eficácia desse encontro. A revista britânica *The Economist* (17 de abril) resume o clima das negociações numa palavra: excelente.

José Maria Nunes Pereira

nas relações pessoais que tem no país, fez dele um interlocutor privilegiado de várias instâncias administrativas de Washington, como a Comissão de Relações Exteriores do Senado e o Departamento de Estado, embora este não tenha seguido suas indicações, isentas de maniqueísmos, sobre a posição a tomar nos conflitos da África Austral.

Durante os últimos 15 anos temos acompanhado suas análises sobre Angola, na maior parte publicadas na revista *Foreign Policy*, e chegamos a compartilhar de sua companhia quando, no início de agosto de 1983, Gerald Bender visitou pela primeira vez o CEEA, onde teve uma sessão de trabalho com os nossos pesquisadores que se prolongou por mais de seis horas.

A administração Clinton e sua política para a África terão muito a ganhar com a nomeação de Gerald Bender. Angola também, pois possivelmente nenhum norte-americano conhece tão bem o país e sua gente quanto ele.

(JMNP)